

—
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL

WELINGTON CESAR TAQUES

AGROECOLOGIA E JUVENTUDE CAMPONESA: O ESTUDO DE CASO DA
COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA EM PONTA GROSSA/PR

MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL
2016

WELINGTON CESAR TAQUES

**AGROECOLOGIA E JUVENTUDE CAMPONESA: O ESTUDO DE CASO DA
COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA EM PONTA GROSSA/PR,
PARANÁ**

Dissertação apresentada a Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável como requisito para a obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

**MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PARANÁ - BRASIL**

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

T175a	Taques, Welington Cesar Agroecologia e juventude camponesa: o estudo de caso da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata em Ponta Grossa/PR. / Welington Cesar Taques. – Marechal Cândido Rondon, 2016. 91 f. Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2016. 1. Ecologia agrícola. 2. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. 3. Assentamentos humanos. 4. Reforma agrária. I. Fabrini, João Edmilson. II. Título. CDD 22.ed. 630 333.31 CIP-NBR 12899
-------	---

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

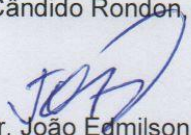
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
RURAL SUSTENTÁVEL

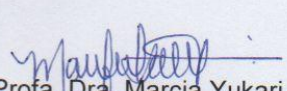
WELINGTON CESAR TAQUES

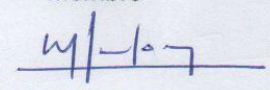
"Agroecologia e Juventude Camponesa: o caso da Comunidade de Resistência
Emiliano Zapata em Ponta Grossa/PR"

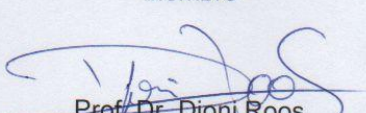
Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, Área de Concentração "Desenvolvimento Rural Sustentável", para a obtenção do título de "Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável", **aprovado** pela seguinte Banca Examinadora:

Marechal Cândido Rondon, PR, 22 de dezembro de 2016.


Prof. Dr. João Edmilson Fabrini
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Presidente / Orientador


Profa. Dra. Marcia Yukari Mizusaki
Universidade Federal da Grande Dourados
Membro


Prof. Dr. Wilson João Zonin
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro


Prof. Dr. Dioni Roos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Membro

*Com amor,
Anita querida filha; Miriane, adorável
esposa e companheira com quem
compartilho os bons e maus momentos
da vida.*

*Com ternura a todos que ousam lutar
em busca de uma sociedade mais justa,
com igualdade social, em que haja
espaço e condições para todos, para
que os diferentes, criem, vivam e
desfrutem.*

AGRADECIMENTOS

Grato à minha família. Meu pai Mario, minha mãe Helena, pela instrução na vida.

Aos trabalhadores do campo e da cidade, aos lutadores do povo em especial as famílias Sem Terras do MST.

A juventude camponesa que proporcionou elementos e gana de envolver-se em tal empreitada.

Ao meu orientador Professor Dr. João Edmilson Fabrini pelo compartilhamento dos saberes que são indispensáveis na interpretação das complexas relações que se estabelecem atualmente no modo de produção capitalista.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná, pelo espaço de formação acadêmica e humana.

Ao campus de Marechal Cândido Rondon, ao Programa de Pós Graduação Desenvolvimento Rural Sustentável, especialmente aos professores que lecionaram, propiciando de maneira interdisciplinar uma singular experiência de vida.

*Era uma fria manhã de inverno, destas
em que os dedos parecem não fazer
parte do próprio corpo. Pairava no ar o
cheiro da conspiração, um golpe se
aproxima. Em um campo distante,
numa velha estação de trilhos
enferrujados encontravam-se
clandestinamente os jovens. Traziam
ilegalmente em suas mentes planos e
murmuravam baixinho palavras
incitando a revolução.
(Desconhecido)*

RESUMO

TAQUES, Welington Cesar. Mestre, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, dezembro – 2016. **AGROECOLOGIA E JUVENTUDE CAMPONESA: O ESTUDO DE CASO DA COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA EM PONTA GROSSA/PR.** Orientador: Dr. João Edmilson Fabrini.

O campo e os camponeses além de produzir alimentos também são produtores de migrantes, pois a partir da Revolução Verde, o campo sofreu um esvaziamento populacional, resultante da migração dos camponeses, sobretudo jovens, para a cidade. A juventude camponesa enfrenta os problemas de uma agricultura subordinada aos interesses de grandes corporações capitalistas que no Brasil correspondem ao agronegócio. A agricultura de negócio, o agronegócio, é antagônica à agricultura camponesa. Destaca-se nesse antagonismo a proposta de produção agroecológica, inserida no contexto de luta e resistência camponesa. O MST é um dos movimentos sociais do campo que organiza a resistência e acredita na agroecologia como uma prática de agricultura que humanize e estabeleça novas relações sociais e com a terra para além das relações capitalistas de produção. A Comunidade de Resistência Emiliano Zapata é um exemplo dessa resistência. Essa Comunidade, localizada no município de Ponta Grossa/PR possui atualmente 53 famílias acampadas e desde 2003, as famílias organizam sua produção baseada nos princípios da agroecologia. Ao longo de 13 anos, as famílias enfrentaram inúmeras dificuldades para produzir agroecologicamente. A falta de concretização do assentamento, além de outras dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas, fizeram muitos jovens camponeses abandonar a Comunidade. Mas, em virtude da importância que a agroecologia tem para a agricultura camponesa, ela se constitui numa alternativa de enfrentamento das dificuldades vividas pelas famílias e pelos jovens da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata.

Palavras-Chaves: Juventude Camponesa. Reforma Agrária. Agroecologia.

ABSTRACT

TAQUES, Welington Cesar. Master, Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, december – 2016. **AGROECOLOGY AND CAMPONESA YOUTH: THE CASE OF THE RESISTANCE COMMUNITY EMILIANO ZAPATA IN PONTA GROSSA / PR.** Mastermind: Dr. João Edmilson Fabrini.

The countryside and the peasants besides producing food are also producers of migrants, because from the Green Revolution the countryside has undergone a population emptying, resulting from the migration of the peasants, especially young people, to the city. Peasant youth faces the problems of an agriculture subordinated to the interests of large capitalist corporations that in Brazil correspond to agribusiness. Business agriculture, agribusiness, is antagonistic to peasant agriculture. In this antagonism, the proposal of agro-ecological production, inserted in the context of peasant resistance and resistance, stands out. The MST is one of the social movements in the countryside that organizes resistance and believes in agroecology as an agricultural practice that humanizes and establishes new social and land relations beyond capitalist production relations. The Community of Resistance Emiliano Zapata is an example of this resistance. This community, located in the municipality of Ponta Grossa / PR, currently has 53 families camped and since 2003, families have organized their production based on the principles of agroecology. At the age of 13, families faced numerous difficulties to produce agroecologically. The lack of concretization of the settlement, in addition to other difficulties faced by the families encamped, made many young peasants leave the community. But because of the importance that agroecology has for peasant agriculture, it constitutes an alternative to face the difficulties experienced by the families and young people of the Community of Resistance Emiliano Zapata.

Key Words: Peasant Youth. Agrarian Reform. Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sem-terra queimando plantação de milho transgênico na área da Monsanto	48
Figura 2: Encontro realizado no Centro de Agroecologia Chico Mendes.....	49
Figura 3: Mutirão de limpeza no pátio da Comunidade Emiliano Zapata.....	53
Figura 4: Organização das famílias da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estrutura Fundiária do Brasil - 2006	22
Tabela 2: Alimentos produzidos pela agricultura camponesa no Brasil – Brasil 2006	32

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização da sede da Comunidade e suas ligações com a PR-513 e a BR-376.....	45
Mapa 2: Localização do Município de Ponta Grossa.....	46
Mapa 3: Localização do aterro sanitário e da Comunidade Emiliano Zapata	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Dados da População Urbana e Rural de 1940 à 2006	25
Gráfico 2: Diminuição do número de famílias de 2003 à 2016	55
Gráfico 3: Tipo de moradia das famílias da Comunidade.....	58
Gráfico 4: Origem da água utilizada pelas famílias da Comunidades	59
Gráfico 5: Destino do Lixo da famílias da Comunidade.....	61
Gráfico 6: Divisão populacional da Comunidade por faixa etária.....	63
Gráfico 7: Número de jovens em relação a saída e retorno entre 2003 e 2016.....	64
Gráfico 8: Renda na unidade familiar administrada pelos dos Jovens da Comunidade	66
Gráfico 9: Perfil da juventude da Comunidade em relação a moradia.....	67
Gráfico 10: Relação de parentesco entre as famílias da Comunidade	68
Gráfico 11: Origem da Renda Familiar	69
Gráfico 12: Formas de organização da produção e comercialização na Comunidade	74
Gráfico 13: Produção agroecológica e convencional em 2015	76
Gráfico 14: Canais de Comercialização na Comunidade.....	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária

AS-PTA - Assessoria e Serviços a projetos em Agricultura Alternativa

ATERRA - Associação dos Trabalhadores da Reforma Agrária

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERAS- Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica e Economia Solidária.

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IA – Ingrediente Ativo

IDA – Ingestão Diária Aceitável

IESOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MCMV – Minha Casa Minha Vida

NB – Núcleo de Base

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PARA – Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxico em Alimentos

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

PNJ – Política Nacional de Juventude

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PT – Partido dos Trabalhadores

SETI – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SINITOX - Sistema Nacional de Informações Toxicológicas

TCU – Tribunal de Contas da União

UDR – União Democrática Ruralista

UEPG- Universidade Estadual de Ponta Grossa

Sumário

1. INTRODUÇÃO	16
2. A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA JUVENTUDE CAMPONESA E A AGROECOLOGIA.....	19
2.1. A HISTÓRICA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL	19
2.2. O MST: LUTA PELA TERRA E AGROECOLOGIA.....	26
2.3. OS AGROTÓXICOS E A ALTERNATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA DA AGROECOLOGIA.....	29
2.4. JUVENTUDES: DO PLURAL AO SINGULAR DA JUVENTUDE CAMPONESA	35
3. A COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA: TRAJETÓRIA DE LUTA, E A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DA JUVENTUDE	39
3.1. O ACAMPAMENTO NO ASSENTAMENTO PALMARES II	40
3.2. A OCUPAÇÃO DA EMBRAPA.....	43
3.3. A OCUPAÇÃO DA SEDE	44
3.4. CENTRO CHICO MENDES DE AGROECOLOGIA	46
4. A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA	52
4.1. INFRAESTRUTURA DAS FAMÍLIAS	57
4.2. ASPECTOS POPULACIONAIS DA COMUNIDADE	62
4.3. RENDA NA COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA	68
4.4. ORGANIZAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PRESENTE NA COMUNIDADE.....	70
4.5. AS CONTRADIÇÕES DAS PERSPECTIVAS PRESENTES NA ATERRA E COOPERAS.....	73
4.6. AS DIFICULDADES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ENFRENTADAS PELAS FAMÍLIAS.....	77
4.7. A DIMENSÃO CULTURAL E JUVENTUDE NA COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA DA RÁDIO LIBERDADE FM.....	81
5. CONCLUSÕES.....	81
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
7. ANEXOS.....	81

1.

2. INTRODUÇÃO

O capitalismo inaugurou novas relações sociais de produção, de trabalho e formas de exploração dos recursos naturais. A expansão das relações capitalistas no campo brasileiro a partir da década de 1960, levou a uma forte migração da população camponesa para as cidades. Destaca-se neste processo migratório o deslocamento de populações camponesas jovens de até aproximadamente 30 anos de idade. Assim, a expansão do capitalismo no campo faz com que os camponeses, além de produzir alimentos, produzam também migrantes.

Decorrente do modelo econômico e também de um modelo de agricultura incompatível com o desenvolvimento social da população brasileira, a juventude camponesa enfrenta dificuldades para permanecer e viver com dignidade no campo. Além disso, sobre o campo há uma narrativa de que não há lugar para a juventude camponesa, trazendo nas entrelinhas a vida urbana como o lugar de possibilidades para a juventude. Em meio a essa questão, é possível visualizar as contradições de um campo atrasado para os camponeses; e moderno e tecnificado para o agronegócio.

Pensar na configuração contemporânea de campo e de agricultura é submetermos a análise de uma complexa relação em que coexistem contraditoriamente sujeitos que no limite, disputam projetos que conferem a si e sua classe projetos distintos no modo de vida. Portanto, é necessário olhar para a juventude partindo de uma dimensão de classes, e para isso destacamos a categoria “juventude camponesa”, diferente de “juventude do campo” para conferir-lhe a dimensão e perspectivas de classe social em que extrapola-se as delimitações de gênero, etnia, orientação sexual, etc.

Algumas indagações que direcionaram o trabalho foram utilizadas de uma maneira generalizante, como por exemplo: por que a juventude sai do campo? Quais os fatores que levam a juventude a migrar? Quais as relações de trabalho que a juventude estabelece no campo? Para onde a juventude vai? Como o movimento de expansão do capital sobre a agricultura influencia na migração? Quais os elementos que contribuem para a permanência da juventude no campo? Tais questões não são objeto direto da pesquisa, mas influenciam fortemente na compreensão do campo.

A partir desses questionamentos a pesquisa direcionou sua análise para o contexto da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, localizada no município de Ponta Grossa/PR. Essa Comunidade está organicamente vinculada ao MST e luta há 13 anos pela Reforma Agrária, sendo que um número expressivo de jovens da Comunidade abandonaram o campo e a luta pela Reforma Agrária.

Uma das motivações também dessa pesquisa é o fato de ser jovem, e como tal, vivenciar a saída de muitos companheiros que atuavam na militância e na Comunidade. Acrescenta-se a preocupação com o tema da juventude camponesa, reforma agrária e agroecologia nossa participação militante no MST. Portanto, este trabalho é um anseio pessoal e ao mesmo tempo uma necessidade coletiva das organizações camponesas em aprofundar estudos reflexivos acerca da promoção de alternativas, visando a permanência da juventude camponesa no campo.

Observa-se que, em 2003, a Comunidade contava com cerca de 100 famílias, atualmente (2016) são 53 famílias. Desde o início as famílias da comunidade aderiram a proposta de produzir sem o uso de agrotóxico ou sementes transgênicas, baseando-se nos princípios da agroecologia. Passada mais de uma década sem investimentos, recursos ou políticas públicas e “tentando” produzir agroecologicamente, surgiram limites para manter a proposta agroecológica, desdobrando-se na migração da juventude camponesa.

Neste trabalho, o objetivo geral buscou identificar o papel da agroecologia na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata para melhorar as condições de vida das famílias e possibilitar a permanência da juventude camponesa no campo. Também foram elencados objetivos específicos, tais como: identificar os canais de comercialização presentes na Comunidade; identificar a origem da renda familiar; identificar qual a participação do jovem na produção da família; identificar como as famílias da Comunidade estão organizadas; analisar quais os limites da experiência agroecológica na Comunidade; analisar como a juventude da Comunidade concebe a agroecologia e como ela pode ajudar no enfrentamento das dificuldades.

Para compor este trabalho utilizamos revisão bibliográfica que segundo Severino (2007), é a pesquisa desenvolvida em cima de registros, decorrentes de pesquisas anteriores pela qual o pesquisador entra em contato com o que já foi produzido sobre o tema. Na pesquisa foram levantadas informações sobre as publicações do tema “Juventude e Agroecologia”. Segundo Drebes e Wizniewsky (2015), existem aproximadamente apenas 25 trabalhos científicos sobre

Agroecologia e Juventude, publicados entre os anos de 2006 e 2013, o que comprova a necessidade de mais pesquisas sobre o tema.

Utilizamos também como parte da metodologia desse trabalho a pesquisa de campo, o que permitiu a aproximação do pesquisador à realidade pesquisada. Para além da aproximação e as anotações em diário de campo, a observação participante também foi uma “técnica” utilizada. Nessa observação participante o pesquisador, a fim de realizar a pesquisa científica, fica numa relação direta com seu interlocutor no espaço social da pesquisa, fazendo parte, modificando o contexto e sendo modificado por ele (MINAYO, 2009). Na pesquisa de campo o processo empírico foi realizado por meio de quatro visitas substanciais de aproximadamente 10 dias cada, realizadas entre dezembro de 2014 a julho de 2016.

Como técnica de coleta de dados ainda foi utilizada as entrevistas (sondagem de opinião e a entrevista aberta). Nas entrevistas abertas obtivemos maior êxito, pois elas forneceram dados primários e secundários. Segundo (MINAYO, 2009) os dados primários são os coletados de uma maneira introdutória, os secundários referem-se as informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da própria reflexão do sujeito sobre a realidade vivenciada.

Esta pesquisa contou também com o recurso metodológico de divisões e subdivisões de grupos, a fim de facilitar a obtenção de dados. As crianças foram escaladas em um grande grupo que engloba também os adolescentes. Portanto, nesta coleta foram denominados os indivíduos de 0 a 13 como crianças, a faixa etária de 14 a 29 anos foram considerados como jovens, adultos de 30 a 59 e idosos os indivíduos com mais de 60 anos.

A partir dessa compreensão os sujeitos dessa pesquisa foram escolhidos de forma a compor uma representação da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, buscando a totalidade e suas múltiplas dimensões. Neste sentido, entrevistamos 9 acampados que forneceram dados gerais e específicos da Comunidade. Estas pessoas foram classificadas em dois grandes grupos: Grupo 1, os jovens; Grupo 2 as famílias. No Grupo 1 estão os jovens, totalizam cinco jovens divididos por faixa etária, sendo dois jovens menores de idade (15 a 17) e três jovens entre 18 e 29 anos de idade. No Grupo 2, estão as famílias, ou seja, as responsáveis pela comercialização da produção (1 pessoa da COOPERAS com atividade administrativa, 1 pessoa da ATERRA (presidente) responsável pela gestão da associação e duas famílias representantes da Comunidade (1 pessoa que saiu da associação, foi para a

cooperativa e ingressou na produção convencional; 1 pessoa que está desde o início na associação e que mantém-se na produção agroecológica). Acrescenta-se ainda aos elementos de coleta de dados um questionário estruturado (anexo 1), distribuído de forma aleatória para 15 famílias da Comunidade.

Nas entrevistas com o Grupo 1, buscamos coletar informações sobre a renda, relações de trabalho, como compreendem a agroecologia no contexto da Comunidade e sobre a “vontade de permanecer na terra”. Nas entrevistas com o Grupo 2 (pessoas responsáveis pelos canais de comercialização COOPERAS e ATERRA), buscamos levantar os dados quantitativos, pois a cooperativa possui um banco de dados dos cooperados. Também buscamos compreender as relações que se estabelecem no interior destas organizações, suas contradições e como elas desdobram-se na Comunidade. Nas entrevistas com os representantes das famílias, buscamos identificar quais os fatores que levaram as famílias a migrar para a produção convencional ou manter-se na proposta agroecológica. O questionário distribuído para 15 famílias objetivou coletar dados gerais complementares.

Em vista de não causar constrangimentos aos depoentes e obter uma melhor qualidade nas informações decidimos preservar a identidade dos entrevistados. Portanto, nas transcrições das entrevistas utilizamos pseudônimos.

Almejando melhor divisão didática, a dissertação foi estruturada em itens. O primeiro item refere-se a um breve resgate histórico da concentração da terra no Brasil, e a alternativa para a agricultura camponesa como destaque para a agroecologia. Este item buscou mostrar também como a concentração fundiária e o agronegócio acometem a vida dos camponeses, principalmente a juventude camponesa. Também procuramos direcionar o olhar para dentro do MST, que tem em suas bandeiras de luta a agroecologia como uma prática contra hegemônica.

O segundo item aborda o processo de luta das famílias insurgentes da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata. Nele tratamos de questões específicas, como as contraditórias relações na busca da agroecologia e suas limitações.

No último item mostramos a organização da Comunidade e enfocamos a luta pela reforma agrária como instrumento de viabilização das condições para as famílias e para a juventude camponesa.

A construção da agroecologia como projeto político como uma prática de transição e como estratégia camponesa foi um meio para o enfrentamento da lógica perversa do capitalismo e do agronegócio no campo. Assim, os membros da

Comunidade tentaram construir a negação do modelo do agronegócio, que a cada dia mostra-se mais inviável para a sociedade, principalmente para a juventude camponesa.

3. A CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA JUVENTUDE CAMPONESA E A AGROECOLOGIA

Quando se trata de agroecologia, luta pela terra e juventude, passamos necessariamente por temas transversais como o agronegócio. Ao abordarmos o tema da juventude camponesa e ao vinculá-la com a proposta de uma produção agroecológica, há elementos que contraditoriamente coexistem e se conflitam com a lógica do agronegócio.

No Brasil, o modelo de produção agrícola do agronegócio está baseado na concentração fundiária que é “degradante” do ponto de vista ambiental, social, econômico, e cultural. Portanto, nessa perspectiva, será revisitada a história da apropriação da terra no Brasil para compreendermos como se constituiu o processo de desigualdade social, principalmente no campo onde modernas relações de trabalho e o elevado grau de desenvolvimento tecnológico e científico coexistem contraditoriamente com relações arcaicas de trabalho, a exemplo do trabalho análogo a escravidão.

3.2. A HISTÓRICA CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL

O Brasil ocupa a quinta colocação em dimensão territorial no mundo e conta com uma expressiva diversidade de recursos naturais. O país está classificado entre um dos mais desiguais do mundo. Segundo dados do IPEA (2011), em 2009 havia no Brasil 8,7 milhões de pessoas com renda menor do que 67,00 R\$ mensais, o que as classifica como extremamente pobres.

A base das muitas desigualdades sociais no Brasil origina-se na concentração fundiária. Desde a ocupação portuguesa, os nativos que aqui habitavam foram “expropriados” da terra, o que ocasionou uma grande mudança em seu modo de vida. De acordo com Stédile (2005), a Coroa portuguesa precisava assegurar seus domínios às terras “descobertas” e garantir a posse da terra nas mãos de poucos.

A Coroa logo instituiu as capitanias hereditárias para estimular os portugueses na exploração e implantar o modelo monocultor e exportador. A concessão de terras obedecia a alguns critérios estabelecidos pela Coroa para beneficiar a metrópole com as mercadorias consumidas na Europa.

(...) critério fundamental para a seleção dos eleitos pela “concessão de uso” das terras era – muito além do que simples favores a fidalgos próximos – a disponibilidade de capital e o compromisso de produzir na colônia mercadorias a serem exportadas para ao mercado europeu. A “concessão de uso” era de direito hereditário, ou seja, os herdeiros do fazendeiro – capitalista poderiam continuar com a posse das terras e com a sua exploração. Mas não lhes dava direito de essência, não havia propriedade privada das terras, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias (STÉDILE, 2005, p. 21-22).

Nesse sistema, os donatários (os que recebiam as capitanias) tinham poderes não somente sobre as terras, pois “por meio de tais cartas e forais, os donatários eram investidos de poderes quase absolutos” (BORGES, 2005, p. 261). A concentração configurada pelo sistema de latifúndio marcou o início da exploração agrícola no Brasil que passou praticamente inalterada por vários séculos de nossa história.

Às grandes mudanças que estavam ocorrendo a nível internacional no século XIX, principalmente a industrialização da Inglaterra e a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado, fez com que o Império no Brasil tomasse providências para que a concentração fundiária continuasse intacta.

A elite agrária elaborou uma série de estratégias tomando o cuidado para não perder seu domínio da propriedade da terra. Este cuidado é verificado na elaboração da Lei de Terras de 1850. Segundo Borges (2005, p. 283), a Lei de Terras “foi concebida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com trabalhos nas unidades de produção tipo *plantation*, utilizadas nos quatro séculos de colonialismo para a produção com trabalho assalariado”. Seguindo de duas décadas sobre pressão dos ingleses para o fim do trabalho escravo e com as mudanças nas relações de trabalho, os latifundiários, arquitetando a improvável introdução de uma nova forma de exploração da força do trabalho, a assalariada, preocuparam-se em manter a estrutura fundiária no país.

(...) a abolição da escravidão negra um ano antes do fim da República, em 1888 [...]. A transferência das terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Antevendo o fim da escravatura que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na lei de terras, não por coincidência promulgada no mesmo ano de 1850. Tal lei instituía um novo regime fundiário para substituir o regime de sesmarias suspenso em julho de 1822 e não mais restaurado (MARTINS, 1981, p. 41).

Ao analisar a Lei de Terras de 1850, faz-se necessário inserir o Brasil em um contexto geral das mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas a nível global e especificamente na Europa, na primeira metade de século XIX. No cenário mundial, os países europeus, como Inglaterra e França, haviam sofrido um grande processo de modernização, tanto política quanto econômica. Esses países, grandes potências mundiais viviam a euforia da consolidação do liberalismo político e econômico das relações sociais capitalistas de produção. Como nos aponta Silva (1990).

(...) do capitalismo como sistema dominante em termos mundiais. É a partir desse nível estrutural mais amplo que se deve entender as pressões da Grã-Bretanha capitalista contra a escravidão. Não é por acaso que o país mais adiantado nas transformações capitalistas tomou a frente nas iniciativas contra o tráfico e depois contra a escravidão colonial; aliás tais atitudes inserem-se em um conjunto de medidas visando a colocar abaixo permanências de uma época pré-capitalista (SILVA, 1990, p. 203).

Costa (1992) aponta que o “desenvolvimento” capitalista no âmbito internacional atuou diretamente sobre o processo de reavaliação política de terras em diferentes partes do mundo. No século XIX, a terra passou a ser incorporada à economia comercial, mudando a relação do proprietário com este bem da natureza. A terra, nessa nova perspectiva (capitalista), deveria transformar-se em mercadoria, capaz de gerar renda.

A Lei de Terras beneficiava a “elite agrária” e foi sob a égide dessa Lei que se consolidou o latifúndio “excludente”. Segundo Borges (2005), com a aprovação da Lei de Terras de 1850, e principalmente com a abolição da escravidão é que nascia a favela, pois os trabalhadores ex-escravos não dispunham de dinheiro para comprar os terrenos urbanos que foram normatizados pela mesma lei, e os mesmos “subiram os morros, ocuparam manguezais e locais de difícil acesso, e construíram suas

moradias, únicos espaços dos quais a sanha do capital não havia se apropriado” (BORGES, 2005, p. 285).

Desse modo, o marco jurídico (Lei de Terras de 1850) contribuiu sobremaneira para a manutenção de privilégios oriundos no Brasil - Colônia. Além de representar para o Brasil o início da propriedade privada das terras, legitimando as grandes extensões de terras concentradas nas mãos de uma minoria, a Lei de Terras também impediria os futuros negros libertos a conquistarem seu pedaço de terra.

(...) foi a transformação das terras em mercadorias [...]. Ao mesmo tempo em que normatizava o domínio do capital sobre esse bem da natureza, como impedia os pobres, os futuros ex-trabalhadores escravizados que saíam da escravidão de se transformarem em camponês (STÉDILE, 2005, p. 283-284).

A principal característica da Lei de Terra de 1850 é que ela manteve os pobres e negros na condição de despossuídos da terra, legitimando como propriedade privada as grandes extensões de terra na forma de latifúndio. Portanto, a raiz da pobreza e da desigualdade social no campo e na cidade está no latifúndio, ou seja, na estrutura agrária existente.

A desigualdade na distribuição de terras persiste nos dias atuais, como demonstra o Censo Agropecuário (2006), realizado pelo IBGE: os estabelecimentos rurais com mais de 1.000 alqueires correspondem a um total de 146.553.218 ha, que representam 44,42 % das terras do país, mas estão concentradas em apenas 46.911 estabelecimentos, ou seja, pouco mais de 46 mil estabelecimentos detêm quase a metade das terras do Brasil. Em contrapartida 2.447.071 estabelecimentos com menos de 10 ha que representam 47,86% dos estabelecimentos rurais, mas que abrangem apenas de 2,36 % das terras do país como nos mostra a tabela abaixo.

Tabela 1: Estrutura Fundiária do Brasil - 2006

Estratos de área	Nº imóveis	%	Área em há	%
Menos de 10 ha	2.477.071	47,86	7.798.607	2,36
10 a < de 100 ha	1.971.577	38,09	62893.091	19,06
Menos de 100 ha	4.448.648	85,96	70.691.698	21,43
100 a < de 1.000 ha	424.906	8,21	112.696.478	34,16
1.000 ha e mais	46.911	0,91	146.553.218	44,42
Total	5.175.489	100,0	329.941.393	100,0

Base: IBGE (censo agropecuário 2006)

A disparidade na apropriação das terras vindas desse passado distante permitiu relações produtivas desiguais, baseadas na concentração privada dos meios

de produção, principalmente da terra, fazendo o Brasil destacar-se nessa desigualdade.

Além da concentração da terra, os latifundiários tem uma grande força política, verificada em toda a história do Brasil. Evidencia-se isso em 1964, por exemplo, quando o então presidente João Goulart anunciou um conjunto de reformas de base, dentre elas a reforma agrária. As medidas anunciadas incomodaram os grandes fazendeiros, que logo começaram a organizar milícias, “comandadas por velhos oficiais da Polícia Militar de Minas Gerais [...] para impedir a execução de um plano de reforma agrária [...]” (MARTINS, 1981, p. 70). Tal tentativa do Presidente da República custou um golpe liderado principalmente pelos setores dos grandes latifundiários.

Com o advento do golpe civil-militar em 1964, foram criados vários mecanismos de contenção da instabilidade e efervescência das “massas”. Foi elaborado em plena ditadura militar o Estatuto da Terra. Em seu Art 1º § 1º diz que “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade” (Lei Nº 4.504/64) e prossegue em seu Art 2º “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta lei” (Lei Nº 4.504/64), (BRASIL, 1998).

A partir desses artigos é possível verificar certo progressismo no Estatuto da Terra. Porém, em sua essência este Estatuto veio para amenizar as tensões na sociedade, principalmente no campo, em torno da reforma agrária. Aliado a isso também foram usadas formas mais violentas e antidemocráticas de contenção das “massas” na luta pela reforma agrária pela ditadura militar.

[...] as principais lideranças camponesas foram presas, assassinadas ou forçadas à clandestinidade. Os sindicatos sofreram intervenção e vários deles passaram a ser controlados por grupos estranhos às lutas desenvolvidas anteriormente. Desestruturaram-se as redes de apoio e sociabilidade que se constituíram ao longo do processo de produção de novas identidades políticas (MEDEIROS, 2010, p. 124).

No conjunto de acontecimentos que envolvem o golpe civil-militar no Brasil, a agricultura foi subordinada a indústria. Essa mudança nas bases produtivas da agricultura, foi chamada pelos liberais de “Revolução Verde”. A Revolução Verde

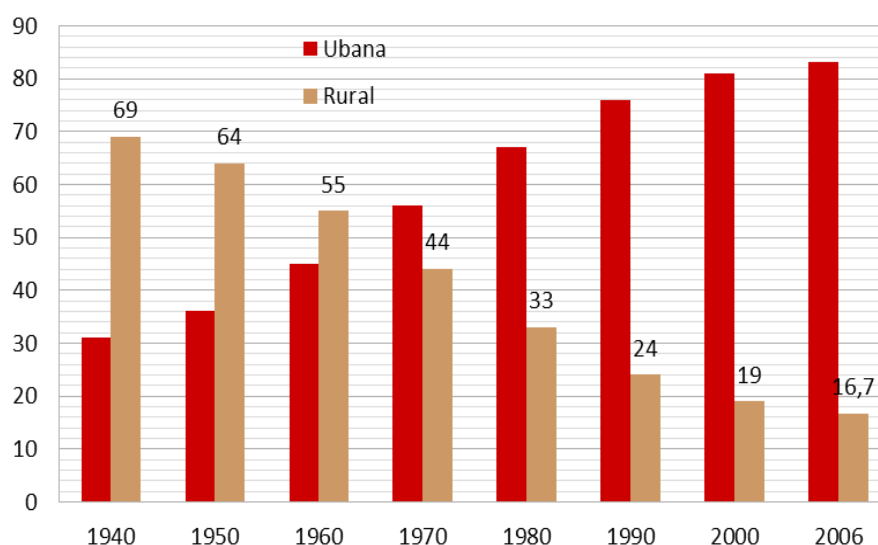
baseava-se na introdução de insumos químicos, variedades melhoradas, sistemas de irrigações, motomecanização pesada, etc.

Essa nova configuração da agricultura brasileira veio acompanhada de contradições. De um lado proporcionou um desenvolvimento tecnológico para os latifundiários, e de outro, levou a um esvaziamento dos saberes tradicionais dos camponeses gerando uma dependência da “cadeia produtiva” de insumos, culminando num forte deslocamento da população rural para as cidades.

Ao mesmo tempo, vastos segmentos de trabalhadores rurais, acossados pela intensa e rápida modernização tecnológica, poupadora de mão de obra, não tiveram outra alternativa senão abandonar o campo em busca de novas possibilidades de trabalho. Passaram a viver na periferia das pequenas e médias cidades do interior, muitas vezes dedicando-se às atividades agrícolas como assalariados, mas de forma intermitente, trabalhando ora como cortadores de cana, na colheita de laranja, de algodão, de café, ora na construção civil ou fazendo “biscates”. (MEDEIROS, 2010, p.124).

Observa-se que os grandes proprietários foram os principais beneficiários da modernização no contexto da Revolução Verde, conforme destaca Altieri (2012), que as medidas foram extremamente desiguais em termos de sua distribuição, com os maiores e mais ricos agricultores, sendo privilegiados, em detrimento dos agricultores mais pobres.

Um dos efeitos da Revolução Verde verifica-se a partir dos dados do IBGE, que destaca uma mudança entre 1960 e 1970 do eixo de concentração da população brasileira. Em apenas dez anos a (1960 à 1970) população rural diminuiu de 55% para 44%. Em contrapartida a população urbana saltou de 45% para 56% como podemos observar no gráfico a seguir (gráfico 1).

Gráfico 1: Dados da População Rural de 1940 à 2006

Fonte: IBGE. Anuário estatístico do Brasil, 1986, 1990, 1993 e 1997; Censo demográfico, 2000; Síntese de indicadores sociais (2007)

Assim, é possível constatar que a Revolução Verde causou também uma inversão na concentração populacional, pois houve uma diminuição da população do campo. Mas, essa diminuição não ocorreu somente do ponto de vista do número de pessoas que deixaram o campo, mas houve também um declínio da qualidade de vida com a formação de bolsões de pobreza nos grandes centros urbanos. De acordo com a PNAD 2012, realizada pelo IBGE, a concentração populacional em áreas urbanas no Brasil atingiram 84,8%.

Portanto, o problema da concentração fundiária não diz respeito apenas ao campo brasileiro, mas reflete diretamente no espaço urbano, pois a expropriação e expulsão do homem do campo fez com que uma quantidade significativa de pessoas fosse em direção aos grandes centros urbanos, causando um crescimento desordenado, inchaço urbano e a miserabilidade de uma massa de indivíduos vivendo marginalizada, politicamente e economicamente. Ou seja, uma dupla precarização, antes no campo e agora nas áreas urbanas.

A concentração fundiária permaneceu intacta por muitos séculos, e simultâneo a ela emergiu a luta pela terra. Desde o início da invasão portuguesa, os indígenas imprimiram resistência à exploração sofrida. Um marco desse processo no Sul do Brasil é emblemática figura de Sepé Tiarajú, que por volta de 1750 liderou uma das maiores insurreições guaranis contra os colonizadores. Resistiram também, à

escravidão, os negros em seus quilombos, como Zumbi no Quilombo Palmares, organizado por volta de 1694. Também há de se considerar a expressiva organização do Arraial de Canudos no sertão da Bahia, por volta de 1882, com Antônio Conselheiro, chegando à cerca de 20 mil pessoas.

Nos Estados do Paraná e Santa Catarina houve a Guerra do Contestado em 1912, com a figura messiânica do Monge José Maria. Esse conflito envolveu forças armadas brasileiras que pela primeira vez usaram o avião em manobra de guerra contra civis. No Paraná ainda, a Revolta dos Colonos do Sudoeste em 1957 e a Revolta de Porecatu no Norte, em 1951, foram lutas importantes, e que deixaram um grande número de vítimas entre os camponeses-posseiros.

A luta pela terra é um dos elementos que aproxima determinados grupos de pessoas. As classes sociais são a síntese de um processo histórico no qual a correlação de forças está em disputa. Logo, é nesse embate gestado na luta pela terra que torna-se síntese da correlação de forças entre as classes no campo.

Segundo Martins (1981), a diferença entre os donos da terra e os destituídos dela, gerou um sentimento comum entre um determinado grupo que no campo brasileiro ocasionou o surgimento do campesinato como uma classe, pois a violência pessoal e direta confrontava os camponeses entre si e entre eles e os fazendeiros e começava a se transformar numa resistência de classe.

Durante séculos a luta pela terra esteve no centro dos conflitos entre os camponeses e latifundiários, pois a concentração fundiária é um problema que faz parte da trajetória histórica do Brasil. Conforme dados da CPT, somente no ano de 2015 no campo brasileiro foram assassinadas 50 pessoas. A questão da terra no Brasil ainda está distante de ser resolvida, pois persistem na condição de despossuído da terra milhões de sujeitos. Assim se faz relevante a reforma agrária em nosso país.

3.3. O MST: LUTA PELA TERRA E AGROECOLOGIA

No cenário de lutas e conflitos em torno da terra surgem os movimentos sociais do campo visando democratizar o acesso à terra. Dentre os movimentos de luta pela terra e reforma agrária, o MST é o movimento de maior expressão nacional.

Um dos marcos do surgimento do MST foi o acampamento Encruzilhada Natalino e também as ocupações das Fazendas Macali e Brilhante em setembro de

1979 no município de Ronda Alta/RS. Esse foi um período de grandes tensionamentos dos sem-terra frente ao Estado e ao regime militar, exigindo reforma agrária.

Em 1982, com o apoio da CPT, camponeses de diferentes regiões do país encontraram-se em Medianeira, no Estado do Paraná, para discutir a fundação de um movimento camponês de reivindicação da reforma agrária no Brasil. O contexto em que ocorreu a fundação do MST é fortemente influenciado pela construção de Itaipu, no Oeste do Paraná, região que a partir de 1975 começou a ser construída, até então, a maior usina de produção hidrelétrica do mundo, a Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Diante de tal empreendimento, cerca de 8.272 propriedades rurais e urbanas foram tomadas pelas águas do reservatório de Itaipu, contabilizando 40.000 pessoas expulsas de suas terras. Associa-se ao efeito de constituição de uma massa de sem-terra a quantidade de trabalhadores utilizados como mão de obra, que segundo Mazzarollo (2003) eram cerca de 40.000, na fase mais intensa da construção. Estes trabalhadores vindos de diferentes regiões do Brasil com a conclusão da obra ficaram sem emprego e sem condição de voltar. Assim, as condições históricas específicas do modelo agrícola e a construção da Itaipu contribuíram para que sujeitos (sem-terra e sem emprego) engajassem em organizações que reivindicassem direitos, principalmente o direito a terra. Partindo destes elementos, em Janeiro de 1984 no município de Cascavel/PR foi fundado o MST.

O MST ao longo de seus 32 anos de existência na luta pela reforma agrária construiu uma sólida organicidade baseada nos princípios da direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina, crítica e autocrítica, estudo permanente e o vínculo constante com a massa. Os princípios permitiram a esse movimento manter-se ativo durante mais de três décadas.

Na correlação de forças entre a produção hegemônica pautada pelo agronegócio e a produção camponesa, o MST vem aprimorando seus métodos de atuação. A morfologia do “atrasado” latifúndio excludente que hoje corresponde ao tecnológico agronegócio exigiu do MST uma evolução nas maneiras de enfrentamento.

Ao mesmo tempo em que modificou o modelo agrícola brasileiro, modificaram-se as relações sociais, exigindo metodologias mais combativas. Um dos caminhos é a defesa de uma agricultura “limpa” preocupada com o social e o

ambiental. Nesse sentido, a agroecologia é um dos pilares que sustentam a proposta de uma agricultura que se contrapõe a lógica do agronegócio.

Assim, a estratégia de uma agricultura agroecológica foi adotada pelo MST diante da conjuntura de mudança no modelo agrícola. A adoção de novas estratégias passou por uma ampla discussão com as famílias assentadas e acampadas.

Apesar de ser relativamente antiga a discussão da agroecologia no MST, foi a partir de 2011 que o debate se intensificou. Neste momento foi aprofundado o debate da agroecologia na preparação para o IV Congresso Nacional. Essas discussões culminaram na atualização do programa agrário do MST (2014-2019), que dentre os pontos citados destaca a importância das questões ambientais.

Podemos identificar um avanço no que tange a agroecologia, decorrente da formulação do novo conceito de Reforma Agrária do MST, que rompe com o formato clássico. No Programa Agrário do MST a Reforma Agrária Popular é entendida como uma ruptura com a ideia de reforma agrária clássica e pressupõe um desafio na construção de outro modelo de utilização do uso e posse da terra.

Portanto, a Reforma Agrária Popular,

[...] implica em um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de coprodução homem natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar e promover a biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza (MST, 2014, p. 204).

Neste sentido, a agroecologia torna-se um pressuposto para o enfrentamento do modelo hegemônico do agronegócio comandado pelas grandes corporações capitalistas. Em torno desse modelo de agricultura (agronegócio) orbita uma profunda crise que pode ser vista sobre quatro dimensões: ambiental, social, cultural e econômica.

Uma vez que a agroecologia conta com uma gama diversificada de elementos que contribui para a agricultura camponesa, ela é uma forma de resistência, bem como uma alternativa ao modelo hegemônico de agricultura com baixo custo, pois “ao não usar agrotóxicos e ao maximizar a captação de energia solar, tem seus custos menores que a produção convencional” (MACHADO e MACHADO FILHO, 2014, p. 40).

Com o intuito de uma mudança de paradigma que leve em consideração a biodiversidade, o MST assumiu a agroecologia como uma bandeira de luta capaz de

articular as várias dimensões da sociedade para a superação das crises social ambiental, econômica e cultural, referidas anteriormente.

A prioridade do olhar a crise ambiental permite ver uma vasta gama de elementos para confrontar a lógica de produção do agronegócio que exaure a natureza. Segundo Altieri (2012, p. 46) “a soja ocupa extensões maiores que qualquer outro cultivo totalizando 21% das terras cultivadas. A área plantada com soja no Brasil aumentou em 2,3 milhões de hectares desde 1995”. Logo, anualmente foram derrubados 320 mil hectares de mata para o cultivo destas commodities¹. E segundo Altieri (2012) dependendo do bioma o cultivo da soja é responsável por uma forte degradação do solo, principalmente na Amazônia, pois este monocultivo em menos de dois anos deixa o solo praticamente inutilizável.

O problema do monocultivo configura-se também como um problema ambiental, sendo de suma importância refletir sobre os rumos que a agricultura capitalista está tomando. Para isso, a agroecologia é um potencial que possibilita benefícios não só para os camponeses, mas também para o conjunto da população que consome os seus produtos.

3.4. OS AGROTÓXICOS E A ALTERNATIVA CONTRA-HEGEMÔNICA DA AGROECOLOGIA

A agricultura cobre entre 25% a 35% da superfície do planeta e grande parte desta agricultura é praticada convencionalmente. Um dos aspectos expressivos que podemos identificar na agricultura convencional é uso intensivo de agrotóxicos que trazem um grande prejuízo não só a saúde humana, mas para o conjunto do meio ambiente, além da subordinação dos agricultores às empresas capitalistas.

Em meio a uma diversidade de alimentos que historicamente sempre foram consumidos pela humanidade, atualmente em escala mundial cultivam-se prioritariamente “12 espécies de grãos, 23 de hortaliças, 35 espécies de frutas e nozes” (ALTIERI, 2012, p. 24). A limitação planetária de variedades alimentícias é um problema atual, pois ao mesmo tempo em que nos últimos 50 anos a população

¹ Commodities são artigos de comércio, como a exemplo a soja ou bens que não sofrem processos de alteração (beneficiamento). Como seguem um determinado padrão, o preço das commodities é negociado na Bolsa de Valores Internacionais, e depende de algumas circunstâncias do mercado, como a oferta e demanda.

mundial dobrou, atingindo 7 bilhões de habitantes, houve uma diminuição da diversidade de alimentos produzidos e consumidos no mundo.

Essa diminuição é o reflexo do modelo agrícola (iniciado com a Revolução Verde) sob o domínio das grandes corporações capitalistas que transformam a agricultura numa atividade para o lucro e não para produzir alimentos. As principais empresas do mercado agrícola mundial, Monsanto/Bayer, DuPont Pioneer, Syngenta, Bayer e Dow, controlam globalmente o mercado agrícola. Para termos uma dimensão de quão grande é a concentração no setor, somente 3 empresas controlam mais da metade (53%) do mercado de sementes. A Monsanto controla (26%), a DuPont Pioneer (18,2%) e a Syngenta (9,2%)” (CARNEIRO; et al., 2015, p. 201). Esta concentração constitui o oligopólio na agricultura, uma vez que as sementes, insumos e comercialização da produção estão sobre o controle destas empresas.

Os lucros destas empresas vêm aumentando consideravelmente, principalmente no mercado brasileiro, pois o Brasil passou a ocupar desde 2008 a posição de maior consumidor mundial de agrotóxicos. Segundo ABRASCO baseada em dados da ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná, o mercado mundial de agrotóxicos “nos últimos dez anos cresceu 93%, o mercado brasileiro cresceu 190%, ultrapassando os Estados Unidos e assumindo assim a posição de maior consumidor de agrotóxicos do mundo” (CARNEIRO; et al., 2015, p. 49). Um dos fatores responsáveis pelo aumento do uso de agrotóxicos está associado a introdução de fontes energéticas de origens vegetais e a produção de commodities (BOMBARDI, 2012).

Dados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos da ANVISA disponibilizados pelo dossiê da ABRASCO (2015) revelam que, um terço dos alimentos consumidos no país está contaminado com agrotóxicos. Um número alarmante de 63% dos alimentos indica a presença de resíduos tóxicos, sendo que 28% apresentavam níveis superiores ao tolerado. A população que em grande parte consome alimentos contaminados com agrotóxicos não sabe o real risco para a saúde, pois o uso de um ou mais agrotóxicos em culturas, apresenta consequências negativas a saúde humana e ambiental.

Decorrente da ingestão diária de agrotóxico dentro ou fora das especificações aceitáveis há estudos comprovando os malefícios da ingestão, por exemplo, das substâncias endossulfan, metamidofós e acegato, proibidos em vários países. Essa

substâncias causam problemas neurológicos, reprodutivos, hormonais e câncer (BRASIL, ANVISA, 2011a, apud CARNEIRO, et al., 2015, p. 58).

Bombardi (2012), com base nos dados do SINITOX relata que entre os anos de 1999 e 2009 foram contabilizados um alto número de tentativas de suicídios diretamente ligadas ao agrotóxico.

[...] houve 62 mil intoxicações por agrotóxicos de uso agrícola no país; isto significa 5600 intoxicações por ano ou 15,5 por dia ou uma a cada 90 minutos. Neste mesmo período houve 25 mil tentativas de suicídio com uso de agrotóxico, um dado extremamente alarmante, pois significa que tivemos 2300 tentativas de suicídio por ano, ou, uma média de 6 por dia, tendo por “arma” algum tipo de agrotóxico (BOMBARDI, 2012, p. 75).

Ressalta-se ainda que boa parte dos casos de intoxicação não são devidamente diagnosticados, e portanto, não contabilizados. Segundo Bombardi (2013, p. 1), “em apenas 10 anos (1999-2009) no Brasil, 1.876 pessoas morreram intoxicadas, isto significa uma média de 170 mortes por ano ou uma a cada dois dias”.

Verifica-se uma consonância muito grande entre produção e subserviência na agricultura das *commodities* aos interesses dos grandes grupos que controlam desde o que vai ser produzido e comercializado no lucrativo mercado de veneno e medicamentos.

Indubitavelmente o interesse das grandes corporações em manter seus lucros no mercado nacional passa por uma série de estratégias. Dentre os mecanismos usados para a manutenção dos lucros estão a censura e ocultação das pesquisas que revelam impacto desses agrotóxicos na produção agrícola e na equilíbrio ambiental.

Um fator importante para a compreensão da relação entre o uso de agrotóxicos e apropriação da terra é o modelo econômico implantado na década de 1990. Tal modelo de expansão do capital na agricultura brasileira é aprimorada com a implantação do neoliberalismo, como relata Delgado (2010).

A conjuntura internacional de abundância de capital transitando pelas economias emergentes, como a brasileira, leva o governo a adotar, a partir do Plano de Estabilização Monetária (Plano Real), uma política neoliberal em matéria de atração de capital externo (DELGADO, 2010, p. 91).

O projeto neoliberal na agricultura brasileira configura-se atualmente com o agronegócio, e expressa a junção do capital financeiro, capital agroindustrial e os

latifundiários. Apesar de sua hegemonia, o agronegócio não é responsável pelos alimentos básicos consumidos pela população brasileira, pois sua prioridade é produzir para a exportação, ou seja, sua prioridade é o lucro e não a produção de alimentos para a população nacional. Acrescenta-se que no contexto de exportação de commodities o Brasil paga uma dívida social e ambiental.

Esse comportamento oligopolista da oferta de alimentos restringe as margens de reprodução social dos camponeses que têm na diversidade dos cultivos e criações uma das bases para a garantia de fontes alternativas de geração de renda familiar. Essa tendência dominante de homogeneização e estandardização dos alimentos violenta não apenas as práticas de produção históricas camponesas, como também as suas formas e tipos de inovação tecnológica e os seus hábitos de trabalho e de consumo, estes bastante articulados com os ciclos da produção agrícola, as estações do ano e as festas e ritos sociais camponeses (CARVALHO, 2014, p. 4).

Em oposição ao agronegócio está a agricultura camponesa, que apresenta em sua base a produção de alimentos para o sustento da família e em segunda ordem a comercialização e para geração de renda.

A produção camponesa, embora incorporada à dinâmica da sociedade capitalista de uma forma desigual e contraditória, não está pautada no lucro médio como os empresários da indústria, por exemplo. Uma parte da produção camponesa é elaborada e destinada ao consumo direto da família, autoconsumo, e outra parte é transformada em mercadorias do comércio dessa produção indicando uma diferença entre agricultura camponesa e a agricultura capitalista, como a do agronegócio (FABRINI; ROOS, 2014, p. 40-41).

Apesar de ocupar uma parcela pequena do território brasileiro, ou seja, apenas 24,3% da área total cultivada, a agricultura camponesa é responsável por garantir a segurança alimentar do Brasil, pois cerca de 70% dos alimentos que dão origem aos produtos das cestas básicas consumidas no país são provenientes dessa agricultura camponesa.

Dentre a diversidade de alimentos produzidos alguns são cultivados com mais intensidade como podemos verificar na tabela abaixo.

Tabela 2: Alimentos produzidos pela agricultura camponesa no Brasil – Brasil 2006

Produto	%
Mandioca	87
Feijão	70
Milho	46
Café	38

Arroz	34
Leite	58
Suíno	59
Aves	50
Bovino	30
Trigo	21
Soja	16

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2006

A cultura de determinados gêneros alimentícios faz a diferença para a agricultura camponesa e para a alimentação de boa parte da população brasileira, que tem na sua base alimentar os produtos da agricultura camponesa referidos na tabela anterior (tabela 2).

Os produtos de exportação agrícola, apesar de estarem presentes na agricultura camponesa, não são a base da sua produção, pois a agricultura camponesa diverge “no processo de trabalho e produção, logo, não se realizam todas as condições necessárias da relação social de produção capitalista” (SANTOS, 1978, p. 23, grifo nosso).

Em contraposição ao modelo hegemônico da agricultura de negócio, surge no contexto da produção camponesa, a alternativa da agroecologia. A base da produção ecológica e natural, como a agroecologia, percorre um grande período na história, todavia “o uso do termo agroecologia como referência na constituição de um campo de estudos capaz de ligar os princípios e métodos da ecologia aos processos de produção do conhecimento na agricultura remontam ao fim dos anos de 1920” (CARNEIRO; *et. al.*, 2015, p. 507). O uso do termo agroecologia começou a circular no Brasil somente no final da década de 1980.

A agroecologia como um conceito em construção pode genericamente ser resumida no conjunto de saberes e práticas acumuladas historicamente pelos camponeses e pelos povos originários, pois eles “incorporam princípios ecológicos e valores culturais às práticas agrícolas que, com o tempo, foram desecologizadas e desculturalizadas pela capitalização e tecnificação da agricultura.” (LEFF, 2002, p.42 *apud* GUHUR & TONÁ, 2012, p. 57).

Acreditamos que a agroecologia é muito mais que um termo ou um conceito em construção, pois expressa uma concepção de agricultura, que vai na contramão da agricultura praticada pelo agronegócio. Assim, a agroecologia está alicerçada nos saberes científicos e tradicionais dos camponeses.

O debate sobre a produção agrícola e suas respectivas interações com outras esferas que compõem a sociedade tem evoluído, “partindo de uma abordagem puramente técnica para uma leitura mais complexa, caracterizada por dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas” (ALTIERI, 2012, 103). O referido autor acrescenta ainda que “a Agroecologia rompe com a visão unidimensional dos agroecossistemas [...] realizando um estudo holístico dos agroecossistemas, abrangendo todos os elementos ambientais e humanos” (*grifo nosso*, p. 105).

A agroecologia traz em si uma alternativa e um caminho viável aos camponeses, pois faz relação com as várias dimensões da vida (social, produtiva, econômica e cultural). A agroecologia também é uma constante adaptação a maneira como interagimos com as dimensões da vida humana. Logo, a agroecologia não tem uma receita pronta que pode ser “aplicada”, e deve ser desenvolvida de forma a beneficiar os camponeses e as comunidades, como ressalta Altieri (2012).

Para Gliessman (2000), a agroecologia aglutina conhecimento e metodologia para desenvolver uma agricultura ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável.

Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade (GLIESSMAN, 2000, p. 54).

Sauer e Balestro (2013) colocam a agroecologia como um elemento de superação de duas crises: a agrária e a socioambiental. Dessa forma, os autores discutem a agroecologia como ciência e como um programa político, destacando como um caminho a ser seguido.

Machado e Machado Filho (2014) possuem uma visão ousada e acreditam que agroecologia dispõe de conhecimentos capazes de superar a monocultura e a diminuição da biodiversidade, sendo capaz de atender com outros métodos a demanda de alimentos que a humanidade precisa em escala global. Consideram ainda que a agroecologia é um “método, um processo de produção agrícola-animal e vegetal que resgata os saberes que a revolução verde destruiu ou escondeu” (MACHADO E MACHADO FILHO, 2014, p. 36).

Para Guhur e Toná (2012),

[...] a agroecologia exige que o camponês passe a assumir uma posição ativa, de pesquisador das especificidades de seu agroecossistema, para desenvolver tecnologias apropriadas, não só às condições locais de solo, relevo, clima e vegetação, mas também às interações ecológicas, econômicas, sociais e culturais (GUHUR e TONÁ, 2012, p. 62).

Como a Agroecologia não é algo que se tenha uma receita, ela deve ser encarada como um processo de transição. A transição agroecológica é entendida como um processo gradual de mudança, que ocorre através do tempo histórico. A agroecologia, segundo Guhur e Toná (2012, p. 62) “exige conhecer a dinâmica da natureza, e ao mesmo tempo, agir para sua transformação”.

Para Costabeber (1999) a transição agroecológica

é definida [...] como o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção ‘convencional’ (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica (COSTABEBER, 1999, p. 107, grifo nosso).

A agroecologia não parte somente dos conhecimentos científicos e saberes populares, mas também do trabalho prático e humanizado. Assim, ela configura-se como processos colocados em práticas por diversos atores sociais, bem como em diversos movimentos sociais do campo e da cidade.

Dentro dos movimentos sociais a agroecologia ganhou um caráter político, tornando-se uma estratégia de luta visando estabelecer outras relações de produção com a terra para enfrentar o modelo agrícola do agronegócio.

3.5. JUVENTUDES: DO PLURAL AO SINGULAR DA JUVENTUDE CAMPONESA

A juventude é uma fase singular da vida, em que ela depara-se com escolhas e decisões que trilham o caminho para a maturidade. O discurso da juventude como transição entre a criança e o adulto é algo que remonta antiguidade em diversas sociedades; logo a juventude é fortemente marcada por esta fase de transição. Cada sociedade historicamente construiu sua cultura e vivencia valores e costumes de acordo com a classe social e as condições objetivas e subjetivas de cada momento histórico. Portanto, cada sociedade em cada modo de produção tratou distintamente a questão da juventude.

Na antiga Roma, a fase da juventude era marcada pela troca da “toga”² que era usada somente pelos cidadãos romanos. Para ara os escravos não havia rito algum. Por meio da vestimenta envolviam-se os ritos de passagens, “depois de um ritual doméstico, quando o jovem trocava sua toga, ele era conduzido, em cortejo, para o Capitólio e o Fórum” (CASSAB, 2011, p. 147). Geralmente a troca da toga do jovem romano era em praça pública e este ato era carregado de forte simbolismo e marca o início da vida pública. Também na Roma antiga a juventude era marcada pela subordinação à figura paternal, pois os pais eram os que decidiam o momento da passagem para a vida adulta.

Na Idade Média a fase da juventude era vista como turbulenta, ruidosa, violenta e perigosa. Nesta visão, os jovens eram os que não respeitavam, transgredindo a ordem social e moral, desprezando os valores estabelecidos e os mais velhos (CASSAB, 2011). Para conter os “ânimos” juvenis na Idade Média as famílias mais abastadas designavam seus filhos para as Cruzadas. Outra forma de controle social sobre a juventude era o matrimônio usado desde a antiguidade como uma forma de controle das “vontades” dos jovens.

Com o capitalismo, a instituição escolar passou a ser essencial para disciplinar a juventude, pois a “aprendizagem para a vida adulta na esfera escolar deveria preparar o corpo e os sentidos dos jovens na perspectiva de superação de quaisquer revezes da sorte e da aquisição de competências” (CASSAB, 2011, p. 152). De maneira geral, as classes mais abastadas proporcionam aos seus filhos o direito do “não trabalho” e a sua liberação para os estudos. No entanto, essa prática não ocorria com os jovens trabalhadores.

Aos filhos dos trabalhadores não era reservado o direito ao não-trabalho. Ao contrário, eram cedo inseridos nas atividades produtivas. A esses jovens, filhos dos operários, precocemente introduzidos no trabalho fabril, restavam poucas coisas além da obediência e da renúncia. O momento da juventude era completamente esvaziado de esperança e do sentido do futuro, pois eram vistos apenas como uma potencial ameaça. Dessa maneira, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, os filhos de operários, afastados

²

A túnica e a toga eram as duas vestimentas essenciais que os romanos tinham. A túnica era uma vestimenta usada por baixo, em lã branca que era vestida pela cabeça e a vestimenta usada por cima era a toga, uma espécie de manto a qual era utilizada em todos os atos civis, religiosos e militares. O uso da toga era propício para aparecer em público, diante dos tribunais e usada somente em tempo de paz. (...) sendo uma peça característica da Roma Antiga, e de uso exclusivo do cidadão romano que pertencesse à classe alta, especialmente pelos Senadores e na cor branca.

da escola, eram precocemente inseridos no mundo do trabalho, quando não, incorporavam a figura do delinquente (CASSAB, 2011, p. 153).

Se por um lado aos jovens burgueses era reservado o espaço escolar como “mecanismo” educativo, de controle e sociabilidade, aos jovens da classe trabalhadora era reservado o controle social por meio do trabalho manual nas fábricas.

No início do capitalismo havia uma distinção social em relação aos vícios e virtudes entre os jovens burgueses e os jovens trabalhadores. Sobre isto Cassab (2011) afirma que os indivíduos oriundos de boas famílias tenderiam naturalmente a desenvolver características virtuosas (bom caráter, trabalhador, honesto). As famílias ricas em geral sempre se preocuparam em destinar aos seus rebentos o acesso a uma cultura elaborada para manter o *status* social. Já para os jovens trabalhadores restava o oposto, era negado o acesso a uma cultura elaborada e atribuíam-lhes termos pejorativos. Pois estes jovens e suas famílias são “desvirtuadas”, “desestruturadas”, e por “carregarem essa má herança tenderiam ao crime, a atitudes amorais e aos vícios” (CASSAB, 2011, p. 157).

Nesse sentido, a juventude é uma construção histórica, acompanhada de modificações sociais que está inserida num contexto de classe. Portanto, existem características diferentes de juventude de classe burguesa, nobre, trabalhadora, camponesa, etc.

Juventude não é apenas um recorte etário como indica a Organização Mundial da Saúde e a Política Nacional de Juventude, mas um conceito em disputa pelos grupos sociais e pelos próprios jovens. Sobre a juventude recaem os perfis construídos social e historicamente. Num momento a juventude é revolucionária, em outros, pode ser retrograda, livre ou aprisionada, pacata ou conturbada, enfim, pode ter muitas outras características diferenciadas histórica e socialmente.

O campo e os camponeses a muito tempo, são fontes de pesquisas realizadas sob diferentes óticas científicas. Há pesquisas que quantificam; as que qualificam, que desqualificam, que classificam, etc. Portanto, um recorte plausível entre estas múltiplas faces do campo e dos camponeses é a juventude camponesa que expressa em si um sentido próprio delimitado pelas relações sociais que partem da maneira como se organiza a produção e a reprodução da vida no campo.

Ressaltamos que apesar do “avanço” tecnológico atribuído a globalização interligou as pessoas, “difundiu valores” em partes não padronizou a juventude

camponesa, bem como outras juventudes. Em outras expressões, a contradição existente na sociedade faz com que se mescle, e se reorganize de uma maneira complexa e contraditória e desigual os hábitos, valores e costumes da sociedade capitalista. Logo, não há algo que possamos nos referir como “puro” (em relação aos valores, hábitos e costumes) seja a juventude camponesa ou urbana.

A juventude camponesa carrega em si traços que a diferenciam de outras juventudes. Estes traços são definidos pela maneira como se relacionam com os meios de produção, pois os jovens camponeses são incorporados desde cedo no trabalho familiar. Logo, os vínculos e a relação com a terra é o pressuposto da distinção da juventude camponesa.

Um dos traços marcantes em muitas sociedades em que orbita a questão da juventude é a subordinação patriarcal. Os jovens camponeses estão envoltos na lógica de produção camponesa ligada a uma figura patriarcal. Na medida em que o modo de produção capitalista evolui e renova-se, as relações sociais se complexificam, também distorcendo a predominância da figura patriarcal como núcleo familiar. Portanto, direcionar um olhar crítico sobre a juventude camponesa é levar em consideração também a não subordinação (patriarcal, matriarcal, ou outra), delineando uma relação mais horizontalizada em que a juventude camponesa está imersa.

Apesar de avanços conquistados nos últimos anos sintetizados por “políticas públicas para as juventudes”³, como os programas de promoção ao acesso dos jovens para nível de ensino superior, alguns limites ainda permanecem. De uma maneira geral a juventude camponesa enfrenta desafios em permanecer no campo, inclusive dentro das áreas de reforma agrária ou acampamentos.

Mais que o discurso do encantamento pela cidade, os jovens camponeses migram devido as péssimas condições de vida no campo. Parte dos limites enfrentados é devido ao modelo agrícola “excludente” dominado pelo agronegócio. Diante do avanço do capital sobre as terras, legitimadas pela legislação brasileira, restam aos camponeses e principalmente a juventude camponesa, lançar-se na luta por alternativas à lógica alienante do agronegócio.

³ Para a juventude dos assentamentos e acampamentos o Programa de Educação na Reforma Agrária (Pronea) é um forte elemento que proporcionou aos camponeses um maior acesso aos níveis mais elevados de escolarização que historicamente foram restritos á pequenos grupos.

Lançar-se na luta necessariamente implica organização. Neste caminho, os movimentos sociais, principalmente os do campo, são as esferas que podem organizar-se a luta dos jovens.

Baseado na proposta de Reforma Agrária Popular, em seu programa agrário, o MST, reconhece a importância e urgência na construção de alternativas para as juventudes, principalmente a juventude camponesa, apostando forte de que para a superação das condições em que ela está emersa perpassará necessariamente por uma produção baseada nos princípios da agroecologia.

4. A COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA: TRAJETÓRIA DE LUTA, E A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA DA JUVENTUDE

O debate da agroecologia permeia constantemente as lutas do MST como uma alternativa a ser construída com sua “base” e conjuntamente com outros movimentos sociais, do campo e da cidade. Seguindo a proposta de construção de uma alternativa de produção no campo baseada na agroecologia, a Comunidade de Resistência Emiliano Zapata⁴, localizada no município de Ponta Grossa/PR, desde 2003, adotou a proposta de produção agroecológica. A Comunidade conta atualmente com 53 famílias, num total de 150 pessoas que integram o MST e que ainda aguardam a regularização definitiva do assentamento na terra.

A trajetória da Comunidade passou por quatro momentos: o primeiro foi a constituição do acampamento no Assentamento Palmares II; o segundo, o acampamento no “barranco”, as margens da Rodovia do Talco; o terceiro, o acampamento na Sede da fazenda e o Centro Chico Mendes; o quarto e último foi a distribuição das famílias na área reivindicada. Diante da constituição da Comunidade é possível contatar um número significativo de jovens que deixaram a Comunidade.

O ACAMPAMENTO NO ASSENTAMENTO PALMARES II

O acampamento é um período de organização, formação e conhecimento para as famílias que entram na luta pela terra de forma organizada. Segundo Fernandes

⁴ O nome Comunidade de Resistência Emiliano Zapata foi escolhido em memória ao precursor da Reforma Agrária no México. Zapata é um mártir na luta pela terra que revolucionou a estruturas fundiárias mexicanas no início do século passado.

(2012), o acampamento é um espaço de resistência e luta coletiva para pressionar o governo na realização da reforma agrária.

...Um espaço de luta e resistência. É a materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar a direito a terra para a produção e moradia. O acampamento é uma manifestação permanente para pressionar os governos na realização da Reforma Agrária (FERNANDES, 2012, p.21).

O acampamento que deu origem a Comunidade de Resistência Emiliano Zapata teve início em 2002, no município de Palmeira/PR, no Assentamento Palmares II. O espaço de 2 hectares foi cedido por um assentado para a formação do acampamento, pois lutar pela terra e pela reforma agrária pressupõe também um sentimento de solidariedade entre os sujeitos que realizam esta luta. Nesse sentido, a reforma agrária não é travada apenas pelas famílias acampadas, mas também por aquelas famílias de sem terra já assentadas, ou seja, também por aquelas famílias que conquistaram a posse da terra, além de simpatizantes da causa. Sobre o sentimento de solidariedade podemos interpretá-la da seguinte maneira:

Se sentires a dor dos outros como a tua dor, se a injustiça no corpo do oprimido for a injustiça que fere tua própria pele, se a lágrima que cair do rosto desesperado for a lágrima que você também derrama, se o sonho dos deserdados desta sociedade cruel e sem piedade for teu sonho de uma terra prometida, então serás um revolucionário, terás vivido a solidariedade essencial (BOFF *apud* PELOSO, 2012, p. 86).

Para além do sentimento de solidariedade foi preciso “massificar” o acampamento. Para que a massificação⁵ ocorresse, foi realizado o Trabalho de Base⁶. Segundo Peloso (2012, p. 67-68), o Trabalho de Base “é a ação política de militantes, em determinado território, que estimula, desperta e organiza o povo no enfrentamento de desafios cotidianos e liga essa luta à luta geral contra a opressão”. Esta atividade garantiu que mais famílias deslocassem para o acampamento.

Inicialmente cinco pessoas faziam Trabalho de Base na região de Palmeira e Ponta Grossa, onde foram montados acampamentos que deram origem à Comunidade de Resistência Emiliano Zapata. Em poucos meses, as famílias vindas de diversas regiões, principalmente da metropolitana de Curitiba e dos Campos

⁵ Massificar refere-se ao ato de juntar, reunir a massa. Segundo Peloso (2012), a palavra massa não significa o povo desorganizado e sem consciência. Massa é o conjunto da classe trabalhadora que produz as riquezas materiais e espirituais de um país (p.41).

⁶ Trabalho de base no MST, refere-se a série de procedimento e reuniões internas e externas

Gerais “massificaram” o acampamento, chegando a aproximadamente 200 famílias, organizadas em dez Núcleos de Base (NB)⁷.

Para que as informações, tarefas e encaminhamentos fossem repassados ao conjunto das famílias acampadas, o MST, de modo geral, contou com uma divisão organizativa, os NBs e as Frentes de Trabalho (equipes ou setores). Essa é uma organização que caracteriza em geral os acampamentos e organização de base do MST.

Neste sentido, após a constituição de um acampamento ocorre um processo de organicidade das famílias como ressalta Fernandes (2012).

Ao organizar um acampamento, os sem terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma a organização. Delas participam famílias inteiras ou parte de seus membros. Essas comissões criam as condições básicas para a manutenção das necessidades dos acampados: saúde, educação, segurança, negociação, trabalho, etc. (FERNANDES, 2012, p. 22).

Esse formato que organiza as famílias integrantes dos NBs nas frentes de trabalho é fundamental para o processo de luta do MST. É esta organização que garante a participação de todas as famílias acampadas no processo de condução da luta pela reforma agrária que o MST realiza. Nesta forma de organização, também participam muitas famílias assentadas que apesar de suas condições objetivas serem outras, continuam na luta para que mais famílias passem a organizar-se e a terem acesso a terra.

O acampamento é um espaço formativo em que as famílias além de seus conhecimentos tradicionais entram em contato com a história da luta pela terra. Portanto, o acampamento é um espaço que coloca em movimento o pensamento sobre o próprio sujeito da luta. Caldart (2004), afirma que é preciso entender o MST ao mesmo tempo como produto e como agente dessa formação.

É no processo de luta e de formação que se constroem sujeitos com identidade comum e que ao atuarem no processo de luta forjam sua consciência de classe. Neste sentido, os sem-terra apenas destituídos da posse, adquirem a dimensão da luta social passando a incorporar-se num projeto de transformação da sociedade inaugurando para si uma “identidade” de sem-terra.

que visam esclarecer a população sobre determinados assuntos pertinente ao conjunto da sociedade.

⁷ Núcleo de Base (NB) é a denominação usada para definir o conjunto de 10 famílias organizadas e organicamente vinculadas ao MST.

Além de um espaço de formação, o acampamento é também um espaço de mobilização das famílias, que munidas de seus anseios pessoais e coletivos pressionam o governo para desapropriar áreas para os assentamentos. Uma das ações destas mobilizações é a ocupação de terras.

Com esse ato, as famílias demonstram enfrentar as difíceis condições nos barracos de lona preta, nas beiras das estradas, demonstram também que estão determinadas a mudar os rumos de suas vidas, para a conquista da terra, na construção do território camponês (FERNANDES, 2012, p. 21).

Apesar dos dados do relatório anual sobre os conflitos no campo da CPT de 2015 apresentar uma diminuição no número de ocupações, elas são os aspectos mais conflitantes, pois a ocupação configura-se como um “atentado” contra o que é mais “sagrado” dentro do capitalismo, a propriedade privada. Em contraposição a ocupação e em defesa dos interesses capitalistas no campo, foi criada no governo de Fernando Henrique Cardoso a “medida provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001” (ROSA, 2012, p. 511), que alterou o Estatuto da Terra promovendo uma criminalização da ação dos movimentos sociais que realizassem ocupações de terras, excluindo as terras ocupadas do Plano Nacional de Reforma Agrária.

O termo “ocupação” dentre as muitas conotações, surgiu para se contrapor ao termo pejorativo da “invasão” que era associado a ilegalidade. O termo ocupação de terras no seu sentido contemporâneo foi cunhado pelo MST, passando a ser uma formulação estratégica de legitimação em busca da Reforma Agrária.

Ao usar o termo ocupação, o MST se refere ao direito constitucional de todo cidadão brasileiro de ter acesso a terra, conforme o Estatuto da Terra (lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964), que, em seu artigo 2º, assegura “a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” (ROSA, 2012, p. 511).

A ocupação de terras é a forma de acelerar as desapropriações e assentar as famílias que não tem acesso a terra. Com este intuito as famílias do acampamento constituído no Assentamento Palmares II no Município de Palmeira realizam em 2003 a ocupação da área da EMBRAPA, unidade de Ponta Grossa.

A OCUPAÇÃO DA EMBRAPA

A ocupação da área da EMBRAPA ocorreu em 30 de maio de 2003 em terras da União que estavam sob posse, na forma de arrendamento, de latifundiários da região, como podemos observar pelo noticiário do período.

Cerca de 160 famílias do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram hoje de manhã uma propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), órgão do governo federal, em Ponta Grossa, a 120 quilômetros de Curitiba. Os invasores argumentam que a propriedade não se destina totalmente à pesquisa, tendo sido arrendada para empresas particulares. [...] O coordenador do MST na região dos Campos Gerais, Célio Rodrigues, disse que, da propriedade de 3,9 mil hectares, muito pouco é destinado à pesquisa. "Acho que eles estão pesquisando como se faz arrendamento de terras", ironizou. Rodrigues afirmou que somente uma reflorestadora, que identificou como Águia, teria 450 hectares arrendados [...] (AGENCIA ESTADO, 2003, p.2)⁸.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária é um órgão do Estado, criada em 1973, com o objetivo de desenvolver pesquisas a favorecer o aumento da produtividade do setor agrícola. Suas terras pertencem a União, ou seja, ao Estado brasileiro. Porém, a área da EMBRAPA em Ponta Grossa foi e continua alvo de diferentes formas de usurpação e grilagem.

As famílias permaneceram poucos dias bloqueando o portão da Estação Experimental da Embrapa. Para evitar o despejo que se delineava, as famílias decidiram liberar os portões e acampar no "barranco". O local do acampamento (barranco) estava próximo a ponte sobre o Rio Botuquara, trecho da PR-513, também conhecida como Rodovia do Talco, estrada que liga a PR-513 à BR-376 (Rodovia do Café) que conecta a capital do Estado aos principais municípios do interior do Estado do Paraná. O lugar foi escolhido estrategicamente, pois sua posição próxima do rio fornecia água para as famílias e a infraestrutura necessária para permanecerem por tempo indeterminado.

No período em que as famílias se encontravam acampadas no denominado "barranco" eram realizadas todos os dias as chamadas "formaturas", que eram um momento matinal em que se reuniam todos às 7:00 horas para cantar o hino do MST e para repassar os "informes"⁹ da luta. Durante seis meses, tempo em que as

⁸ Noticiário de época, publicado na Agencia Estado (ESTADÃO), em 30 de maio de 2003 disponível <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-terra-invadem-fazenda-da-embrapa-no-pr,20030530p35445>.

⁹ Informes é o termo que define o repasse de informações sobre a conjuntura política do acampamento e das negociações sobre áreas, bem como outras informações pertinentes ao convívio no acampamento.

famílias permaneceram acampadas no “barranco”, a coordenação¹⁰ investiu na formação política das famílias acampadas.

A OCUPAÇÃO DA SEDE

No “barranco”, além da falta de terra para plantar, um incêndio destruiu parte dos barracos e levou as famílias a tomarem a decisão de ocupar a “Sede” da fazenda (área pertencente a EMBRAPA que estava sendo utilizada por um fazendeiro da região). A Sede, denominada pelas famílias, era uma local situado à 5 km da ponte sobre o Rio Botuquara, uma área de 638 hectares que estava sendo utilizada por um latifundiário da região. Na Sede haviam condições básicas para atender as famílias. Havia um poço e nascentes de água; um ponto de energia elétrica, espaço para acomodar os barracos, bem como espaço para a criação de animais (porco, galinha, vacas leiteiras, etc.) e o principal, terra para plantar. Com a ocupação da Sede nasceu a insurgente Comunidade de Resistência Emiliano Zapata em homenagem a um grande lutador que revolucionou as estruturas fundiárias no México.

A Comunidade de Resistência Emiliano Zapata atualmente (2016) está situada 12 km do perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa, ao longo da Rodovia do Talco, como observar-se no mapa a seguir (Mapa 1).

¹⁰

A coordenação é composta por dois integrantes escolhidos entre só integrantes de cada NB, são estabelecidos para uma maior participação das mulheres que cada NB escolha um homem e uma mulher para representar o núcleo.

Mapa 1: Localização da Sede da Comunidade e suas Ligações com a PR-513 e a BR-376



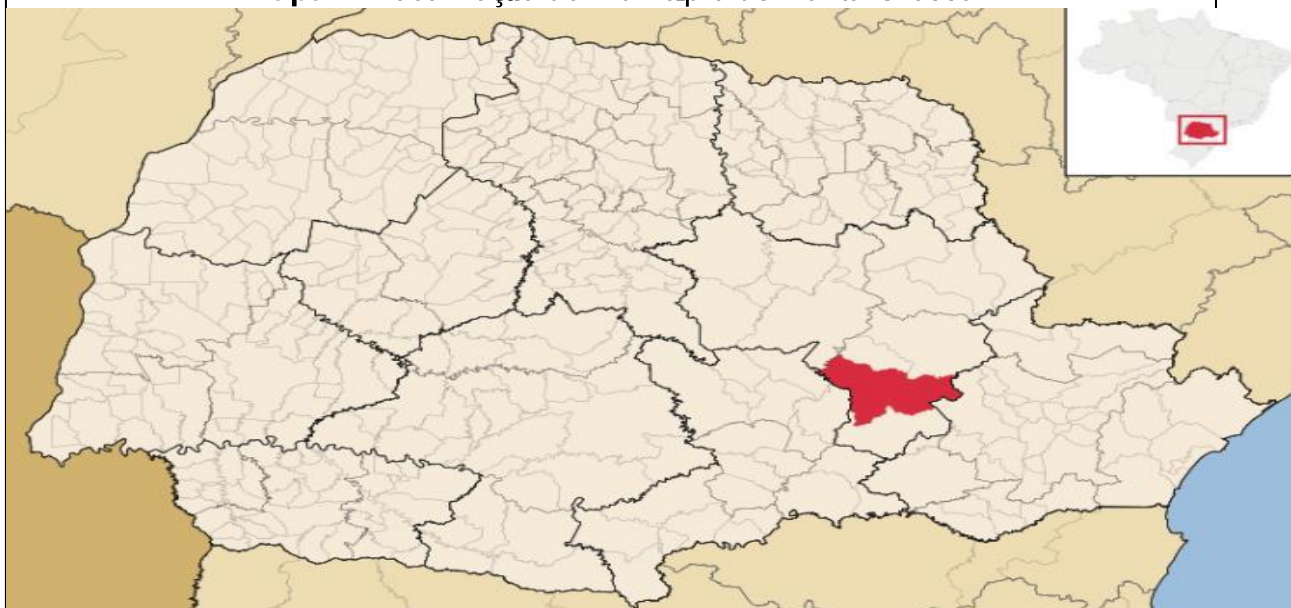
Fonte: Google Earth acesso (2015)

Podemos visualizar no Mapa 1 a dimensão da comunidade e a via de acesso, bem como a proximidade da área urbana do município de Ponta Grossa.

O município de Ponta Grossa conta com uma população de 334.535 habitantes, segundo o IBGE (2014), e está situada na região Centro Oriental do Estado do Paraná. E vista de possuir uma área de 2.054,732 quilômetros quadrados, o município faz divisas com oito municípios.

A região de Ponta Grossa é historicamente conhecida como “Campos Gerais” e possui um dos principais entroncamentos rodoferroviário do Sul do Brasil. A “Princesa dos Campos”, como também é conhecida à cidade, tem na base de sua economia a agricultura, pecuária, entre outras atividades econômicas. A região também é “Berço do plantio direto na palha”, possui um dos maiores parque moageiro de soja do país.

A posição do município desperta a cobiça de muitos fazendeiros da região.

Mapa 2: Localização do Município de Ponta Grossa**Fonte: Google Imagens (2015)**

Ponta Grossa tem uma localização geográfica estratégica para o setor agrícola devido à proximidade com a capital do Estado, o Porto de Paranaguá e com ligações rodoviárias e ferroviárias para as principais regiões do Paraná e do Brasil, como mostra o mapa acima (Mapa 2).

CENTRO CHICO MENDES DE AGROECOLOGIA

Desde o início do acampamento na Sede, onde foi constituída a Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, a discussão da agroecologia esteve presente. Foram realizadas formações que debatiam a questão da agroecologia e sua importância na construção de outro modelo de agricultura. A produção de alimentos sem o uso de produtos químicos foi acordada pelas famílias em um regimento interno da Comunidade. Portanto, as famílias da Comunidade decidiram seguir uma linha contrária a agricultura convencional “pleiteada” pelas multinacionais que dominam a agricultura com os pacotes de sementes e insumos na região de Ponta Grossa.

Para alimentar e estimular uma agricultura de valorização da natureza, do ser humano, da cultura, entre outros aspectos, alguns movimentos sociais organizam as Jornadas de Agroecologia. As Jornadas de Agroecologia são momentos de

socialização de conhecimento, troca de sementes, formação, luta e reivindicações entre os camponeses.

Em 2002, no estado paranaense, se estabeleceu uma ampla coalizão de Movimentos Sociais do Campo, Organizações da Agricultura Familiar e de assessoria dando início as Jornadas de Agroecologia, uma ação inédita e popular de caráter massivo, denúncia e contraponto ao agronegócio, estudo, socialização da prática e da experiência agroecológica e camponesa (MST, 2014).

A primeira Jornada de Agroecologia do Paraná teve início em 2002, em Ponta Grossa. No ano seguinte, em 2003, no mesmo município, ocorreu a 2ª Jornada de Agroecologia, contando com um número de aproximadamente 4 mil participantes. Ao final desta jornada os participantes deslocaram-se para a Monsanto (unidade de Ponta Grossa) que ficava nas proximidades do Bairro Shangrila. O objetivo era apenas protestar contra o plantio ilegal de transgênicos, mas os participantes da Jornada, logo destruíram as áreas com milho transgênicos. Como relatam as notícias do período.

Uma fazenda de 45 hectares da Monsanto em Ponta Grossa, no interior do estado, foi invadida ontem por cem famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Na propriedade há um campo de cultivo e pesquisas de sementes transgênicas. Na semana passada, cerca de três hectares de milho transgênico da mesma fazenda foram queimados após terem sido invadidos por cerca de três mil militantes sem-terra. A destruição da plantação e a recente ocupação da área fazem parte de uma campanha contra os transgênicos iniciada pelo MST em parceria com entidades civis com apoio de pequenos agricultores e de organizações não-governamentais. O início da campanha foi uma das deliberações do Segundo Encontro Paranaense de Agroecologia, realizado na semana passada (BOCCARDI, 2003, p.1) ¹¹

Inicialmente esta ação teve um caráter de protesto e denúncia da sociedade a ilegalidade dos experimentos. Os desdobramentos da mobilização tomaram outros rumos para além do planejado pela equipe que organizava o evento: os participantes ocuparam a área da Monsanto e atearam fogo aos campos experimentais de milho transgênicos da multinacional.

Figura 1: Sem-terra queimando plantação de milho transgênico na área da

¹¹ Campos de sementes são realizados em pequenas porções de terras nas quais se planta uma variedade de sementes e ao longo de seu ciclo é realizado o manejo para selecionar as melhores plantas que produzirá uma semente de qualidade.

Monsanto



Foto: Henry Milléo

A ação de ocupação da Monsanto contou com a participação de várias famílias da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, que logo assumiram para si a responsabilidade de sequência na utilização da área de experimentos da multinacional.

Na sequência, uma semana após aquele episódio, um grupo de 85 famílias voltou a ocupar a área. O coletivo de organizações promotor da Jornada tomou, então, a iniciativa de apoiar essas famílias, formulando com elas um projeto de constituição do *Centro Chico Mendes de Conservação de Agrobiodiversidade, Melhoramento Genético de Variedades Crioulas e Formação em Agroecologia*, que passou a ser negociado junto ao Governo do Estado e o Ministério do Meio Ambiente (AS-PTA, 2004, p.23).

Dessa maneira, forjou-se a ideia apoiada por outras organizações de um centro de experimentos em agroecologia que fosse referência na produção diversificada de sementes crioulas para a agricultura camponesa da região. Assim, foi fundado o *Centro Chico Mendes de Conservação de Agrobiodiversidade, Melhoramento Genético de Variedades Crioulas e Formação em Agroecologia*, na antiga estação experimental da Monsanto.

Figura 2: Encontro realizado no Centro Chico Mendes



Fonte: Relatório anual da AS-PTA (2004)

Para a gestão e manutenção do Centro Chico Mendes de Agroecologia bem como para a produção das sementes crioulas, 10 famílias da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, foram deslocadas para o espaço da antiga estação experimental da Monsanto com o objetivo de colocar em prática os planejamentos da produção agroecológica de sementes crioulas.

No Centro de Agroecologia Chico Mendes foram iniciadas várias ações que convergiam com o interesse das organizações que faziam parte do processo de planejamento e gestão da produção agroecológica. No espaço foi dado início aos “campos de sementes”¹² crioulas, cultivadas seguindo princípios agroecológicos. Os campos eram cultivados com sementes de muitas variedades, desde as sementes de adubações verdes, leguminosas, além de outras, que foram doadas por pequenos agricultores de diversas regiões do Paraná e também do Brasil. Neste local, no ano de 2003, segundo um dos moradores do Centro foram realizadas colheitas de 22 variedades de feijão e 8 de milho. Além da produção e pesquisa em sementes

crioulas o espaço também sediava encontros e reuniões que faziam parte da vida dos agricultores no campo.

Um ano e meio após a ocupação da Monsanto (antiga estação), sobre fortes pressões dos latifundiários e também empresários da região, toda esta proposta de produção e sementes e de tecnologia a serviço da agricultura camponesa teve que ser abandonada, pois a área de 43 hectares foi reintegrada, a partir de mandado judicial, à lógica da produção do capital. A reintegração de posse favorável ao dono da área foi emitida pelo judiciário algumas semanas após a ocupação em 2003, mas só foi cumprida em setembro de 2004.

Em decorrência da reintegração de posse, e consequentemente perda da área, as famílias que haviam se deslocado para o Centro de Agroecologia voltaram para a Comunidade de Resistência Emiliano Zapata e junto com elas a esperança que o projeto iniciado na área ocupada da estação experimental da Monsanto.

Em função da reintegração de posse, a experiência dos “campos de sementes” que eram realizados na área ocupada da Monsanto, foi transferida para a Comunidade de Resistência Emiliano Zapata. O início das atividades nos campos de sementes contou com o envolvimento coletivo das famílias da comunidade inclusive da juventude.

Contando com o apoio de algumas entidades e de políticos (deputados, prefeitos, etc.) da região, foram criados campos de sementes na Comunidade. Todos os campos de sementes tiveram um grande êxito e eram cultivados na forma de trabalho comunitário das famílias. O trabalho comunitário é uma importante ferramenta na organização.

O trabalho que envolve a coletividade e a ajuda mútua é importante instrumento de formação, como nos conta ESTERCI (1984).

[...] as roças comunitárias apresentam as seguintes características: posse e uso coletivo da terra; trabalho coletivo; apropriação comum e igualitária dos produtos do trabalho independente da intensidade de trabalho de cada um; valor pedagógico de estímulo à organização e consciência em grupo [...] as experiências de produção coletiva podem estimular outros grupos, ou seja, espera-se a reprodução do modelo de produção (ESTERCI, 1984, p. 22)

As ações de trabalho comunitário demandam doação, sentimento de solidariedade e elevação da consciência individual para uma consciência coletiva. A

ajuda mútua está presente na vida camponesa “seja nas trocas de dias ou nos mutirões, sendo que esses últimos resultam sempre em festividade ao final das tarefas realizadas” (TARDIN, 2012, p. 182).

Ainda sobre o trabalho comunitário, Sá (1984) caracteriza que a produção nas roças comunitárias está assentada na unidade do grupo familiar e de parentesco, mas que com o desenvolvimento econômico acaba exigindo a ampliação das relações que ultrapassam a esfera do grupo familiar, parentesco, vizinhança e compadrio. (SÁ, 1984, p. 15).

Sobre o trabalho nas roças comunitárias, Esterici (1984) ainda explica que as experiências nas roças comunitárias são carregadas de fatores objetivos e subjetivos de cada sujeito envolvido, implicando para o sucesso da experiência ou seu fracasso. Em outras palavras, além dos fatores individuais também está a lógica de vida camponesa que muitas vezes conflita com a produção coletiva.

A produção camponesa se destina sempre a suprir as necessidades do grupo doméstico mesmo que alguns produtos se destinem ao mercado, o objetivo de pô-los à venda é fruto da necessidade de consumo do grupo. Distingue-se, pois, dos objetivos de lucro e acumulação capitalistas, e é como se o produto do trabalho passasse pelo mercado apenas para transformar-se nos bens necessários e não produzidos pelo grupo. [...] o camponês não produz visando o lucro nem a acumulação, mas sim de acordo com o cálculo voltado para a satisfação das necessidades da família, pode-se perguntar: será que o cálculo que o trabalhador se vê obrigado a fazer na roça comunitária não representa uma violência contra a lógica do cálculo camponês? (ESTERICI, p. 24, 1984).

A organização do trabalho comunitário requer certo grau de organização, pois nestes trabalhos a seriedade e escolha da metodologia de trabalho, pode levar aos objetivos pleiteados ou frustrar o trabalho coletivo.

É importante destacar que as relações comunitárias podem possibilitar a construção da consciência política. Mas, por si, as relações comunitárias não se convertem em manifestações coletivas. São necessárias revelações políticas de compreensão da desigualdade social e dos diferentes interesses que marcam a sociedade capitalista. A partir desta compreensão, as relações comunitárias podem contribuir para a construção da consciência política e desenvolvimento de ações coletivas (FABRINI, 2006).

A compreensão políticas dos sujeitos é forjada no processo de luta, processo este que necessariamente perpassa pela organização e direção dos trabalhos. Nesse sentido, os campos de sementes iniciados na Comunidade de Resistência Emiliano

Zapata não tiveram uma sequência em várias etapas do planejamento, tanto no plantio, manejo e principalmente na colheita. As ações que envolvem o trabalho coletivo de uma maneira pontual tem maior êxito que as ações coletivas sistêmicas com um prazo mais prolongado, como demonstra a realidade das famílias, pois as mesmas encontravam-se em uma condição que não permitia dedicação total aos cuidados dos campos de sementes crioulas.

As famílias da comunidade dedicavam-se ao cultivo próprio de onde tiravam alimentos para o consumo ou para uma “espécie de escambo”. Esta produção de alimentos era extremamente importante e necessária para as famílias. Esse “escambo” as fez colocar em primeira ordem a dedicação da força de trabalho na sua lavoura familiar, para posteriormente dedicar-se ao trabalho nos campos coletivos de sementes. Esta dedicação em segundo plano das famílias para os campos coletivos de sementes fez com que a produção de sementes crioulas na comunidade não fosse bem sucedida.

Por mais que algumas experiências em relação a produção de sementes crioulas de uma maneira coletiva não tivesse êxito, as famílias sempre estiveram dispostas a produzir suas sementes e cultivar usando os técnicas tradicionais da agricultura camponesa sem o uso de adubos químicos ou agrotóxicos.

A ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA

O acampamento na Sede, desde 2003, abrigava entre 160 e 200 famílias que tinham suas moradias próximas, organizadas em NBs. Os barracos eram alinhados, mantendo uma medida padrão (largura de 4 metros e o comprimento poderia variar de 6 à 8 metros) que proporcionava ao espaço uma simetria estética e também um fluxo mais ordenado tanto para pedestre quanto para os veículos.

As preocupações quando estrutura-se o acampamento é o acesso a água e segurança, principalmente. No caso do acampamento da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, também havia grande atenção também com a sanidade.

O destino do lixo, os banheiros, os chiqueiros e os galinheiros, por questões sanitárias também tinham seus espaços delimitados. Cada família poderia escolher entre criar seus animais individualmente ou a fazer parcerias e coletivos. Os animais

maiores como vacas e cavalos eram colocados em piquetes coletivos, construídos com o trabalho entre os acampados que tinham tais animais.

A organização das famílias próximas umas das outras no acampamento é um tempo de aprendizado coletivo e experiências, tempo necessário de convivência e conhecimento. Um tempo de muitas reuniões, mutirões, trabalho voluntário, festas, em que todos criam vínculos estreitos, afinidades, amizades e também discordâncias.

Nos finais de semana ocorriam atividades comunitárias e organizativas com maior intensidade. Geralmente era nas sextas-feiras ou nos sábados que ocorriam os mutirões de limpeza do pátio.

Figura 3: Mutirão de limpeza no pátio da Comunidade Emiliano Zapata



Foto: Welington Taques (2009)

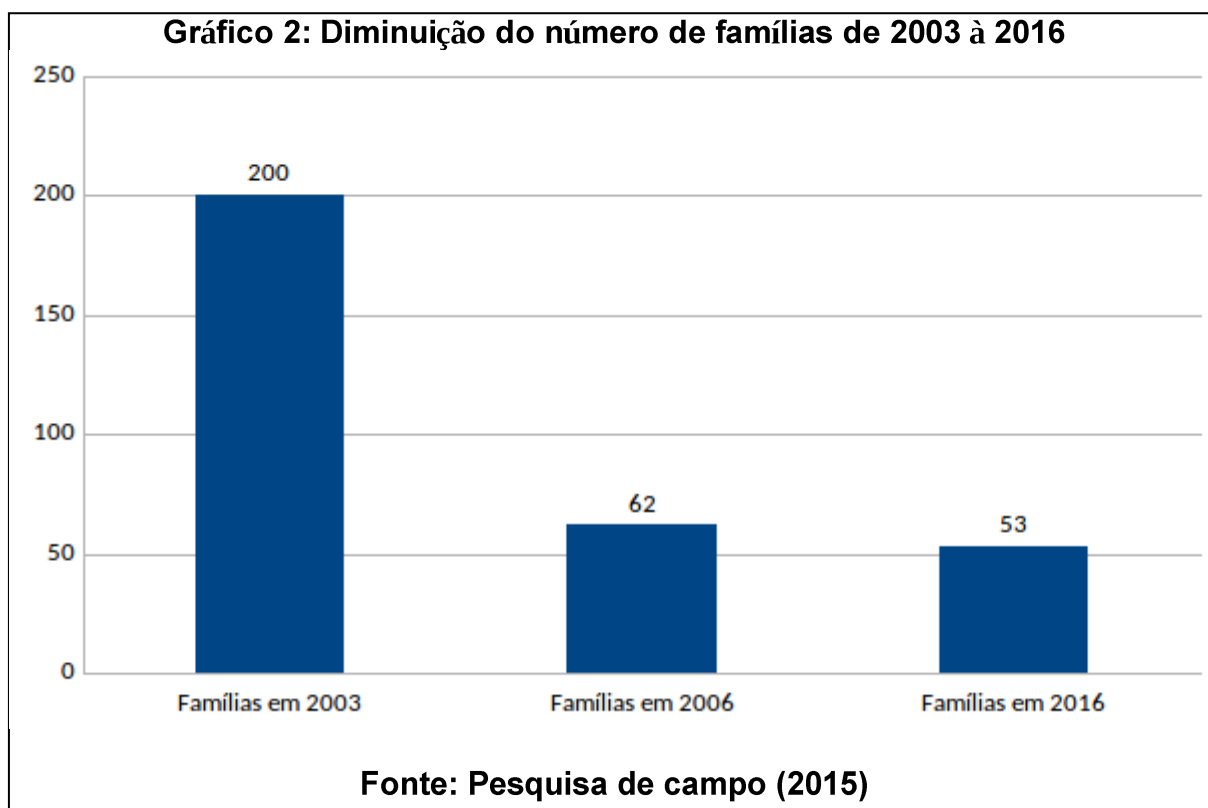
Todos os sábados pela manhã eram realizadas reuniões da coordenação para tratar dos problemas cotidianos da vida comunitária e das estratégias de luta para a conquista do assentamento. Reuniam-se também os NBs e a juventude. Logo após o almoço ocorriam atividades recreativas e culturais. As animadas tardes eram ocupadas geralmente pelo futebol (masculino e feminino) com a participação de grande parte dos jovens, da Malha e bocha para os mais velhos e as crianças com betes, bolinha de gude, elástico, entre tantas outras que a imaginação infantil é capaz

de criar. Quando escurecia o baile tomava o espaço do “barracão”¹³ embalando os pares noite a dentro do sábado para domingo.

Todas essas atividades são de grande valia para a luta pela terra e para as famílias da Comunidade, pois na Sede, onde estava montado o acampamento, era um espaço de convívio comum entre as famílias. Mas, mesmo com todos aspectos positivos de aprendizados na vida dos acampados, eles não subtraem as dificuldades. Nos acampamentos, as famílias enfrentam as precárias condições de moradia, falta de assistência de todas as ordens, principalmente no que diz respeito a alimentação.

Em decorrência das dificuldades enfrentadas pelas famílias acampadas na Sede, muitas desanimaram da luta, pois circulava informações que a área de 638 hectares reivindicada não contemplaria todas as famílias do acampamento, uma vez que, teria ainda um desconto de 20% para a reserva permanente, nascentes, mata ciliar, etc.. Neste contexto, observa-se no gráfico 2 o número significativo de famílias que deixou o acampamento entre 2003 e 2006.

¹³ Barracão denominado pelas famílias refere-se a estrutura de madeira e alvenaria de aproximadamente 12mx20m, que antes da ocupação servia de abrigo para tratores e colhedeiças. É no barracão que ocorrem a maior parte das atividades que envolvem o conjunto das famílias da Comunidade.



Permaneceram no acampamento da Sede aproximadamente 62 famílias, que mantiveram sua organicidade com 6 Núcleos de Base: Canudos, Chico Mendes, Florestan Fernandes, Mário Lago, Oziel Alves e Zumbi dos Palmares.

A dispersão dos terrenos cultivados nos 638 hectares era um entrave para o cultivo de subsistência. Para algumas famílias, a distância entre a moradia e a roça (lavoura) chegava a 3 km, o que muitas vezes as desmotivava para o plantio de alimentos, pois esses exigem cuidado diário. Surgiu então a necessidade das famílias se reorganizarem na área, para enfrentar à distância entre a moradia e a roça.

Em 2006, a coordenação da Comunidade, depois de muitos debates e cálculos diversos decidiu pela distribuição das famílias na área. Chegou-se então ao consenso de criar as “Unidades de Produção”¹⁴.

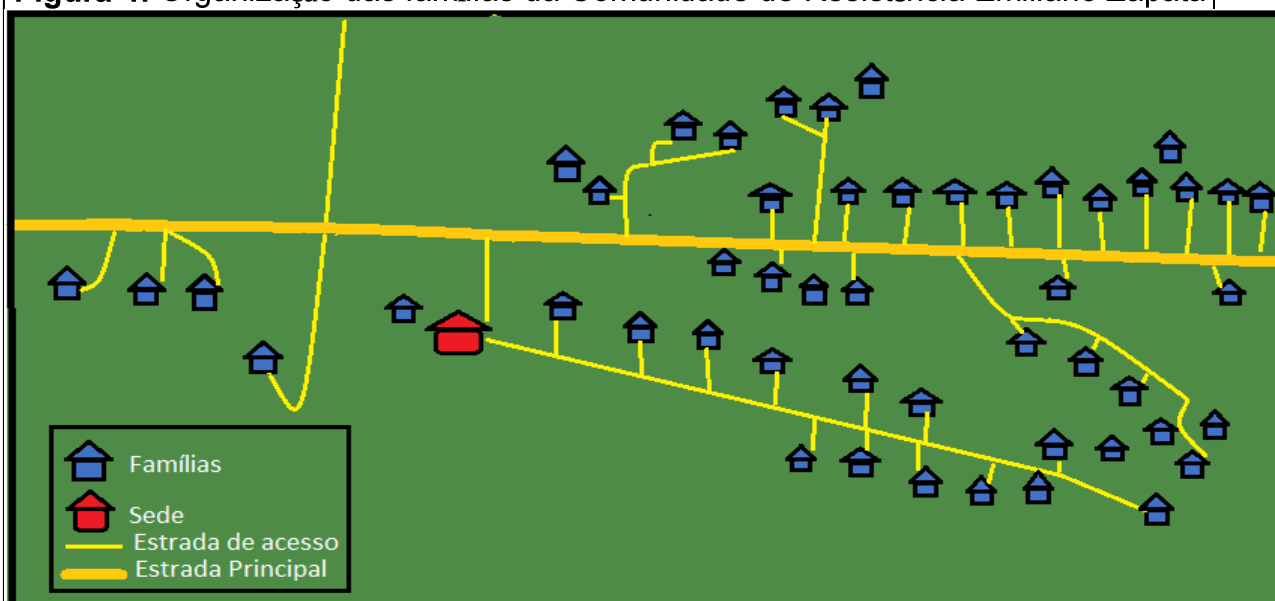
As Unidades de Produção são uma fração de aproximadamente oito hectares que a família dispõe para morar e plantar. Os oito hectares foram estabelecidos na divisão da área total (descontada a reserva, os banhados, córregos, mata ciliares,

¹⁴ Unidade de Produção são os chamados “lotes”. Na comunidade optou-se por usar unidade de produção, um termo utilizado nas Ciências Exatas e nas Ciências Agrárias, que representa uma conquista coletiva de uma grande parte, ou seja, as unidades são pequenas partes do “todo”.

etc.) pelo número de família (62 famílias). Baseados no processo de formação em que primava-se pelo trabalho coletivo, a coordenação deliberou que um hectare seria para a moradia e criação de pequenos animais e o restante dos sete hectares deveria ser discutido em cada um dos 6 grupos (NBs) de como seria a sua utilização. Destoando do pressuposto de uma organização coletiva, todas as famílias decidiram e acabaram “individualizando” a unidade produtiva, ou seja, cada família ficou com a responsabilidade e o poder de decisão sobre os oito hectares.

Para facilitar a segurança, convivência, infraestrutura da instalação elétrica e o acesso as estradas, boa parte das famílias posicionaram-se em linha distante de 100 a 150 metros entre si e da estrada principal (Rodovia do Talco) que dá acesso para a PR-513 e a BR-376, e as demais em estradas secundárias.

Figura 4: Organização das famílias da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata



Fonte: organização do autor (2012)

Desde 2006, as famílias mantêm de uma maneira geral a posição na organização da figura acima, exceto algumas famílias que foram expulsas¹⁵ do acampamento ou abandonaram a luta.

O número de famílias desde 2006 tem oscilações ocasionadas pela entrada ou saída de famílias. Estão presentes atualmente (2016) na Comunidade de

¹⁵ Expulsão é o ato realizado contra uma (ou mais) pessoa que descumpriu algum item do regimento interno, que foi estabelecido pela organização das famílias e decidido em assembleia.

Resistência Emiliano Zapata 53 famílias, que após a distribuição das famílias nas Unidades de Produção, construíram uma moradia provisória na espera da regularização do assentamento. Os barracos pouco divergiam do que eram no acampamento da Sede, sendo na maioria construídos de madeira e lona.

A morosidade do estado para o assentamento é um agravante das precárias condições que vivem as famílias. A situação de assentamento está em tramitação há mais de 10 anos no INCRA que ainda não chegou a uma solução para o problema.

INFRAESTRUTURA DAS FAMÍLIAS

Após 13 anos de acampamento, as famílias ainda persistem na busca da regularização do assentamento. Um ponto crucial que dificulta as famílias investirem em recursos e trabalho é o fato da área ocupada ainda estar em tramitação no INCRA para o assentamento, ou seja, as famílias não estão assentadas definitivamente. Neste sentido, as famílias ainda não receberam nenhum recurso e nem acessaram programas sociais referentes a habitação, bem como outras políticas públicas destinadas aos assentados de reforma agrária.

Um dos fatores condicionantes das condições das famílias da Comunidade é a morosidade do Estado para assentar as famílias acampadas. Em grande medida esta morosidade é decorrente do “funcionamento” e da posição adotada pelos governos na desapropriação de terras. Coutinho (2011) partindo das interpretações de Gramsci, descreve que o Estado existe porque a sociedade é dividida em classes e sua principal função é assegurar essa divisão, ou seja, “assegurar que os interesses particulares de uma classe se imponham como interesse geral da sociedade” (COUTINHO, 2011, p. 23). Partindo destas afirmações ressaltamos que as desapropriações, compras e regularizações fundiárias para os sem-terra ocorre sob muita pressão.

Os dados expostos no relatório do DATALUTA (2013) revelam que na década de 1990 havia maior correlação de forças entre os movimentos sociais de luta pela terra e o Estado. Logo tal correlação de forças se desdobrou em um número maior de desapropriações.

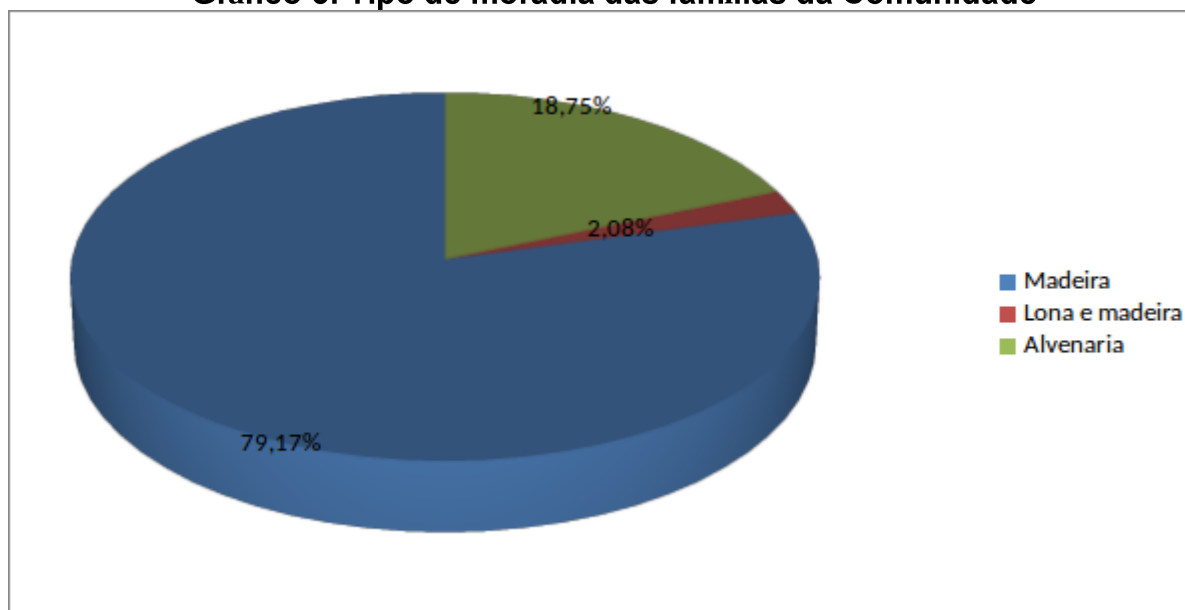
[...] no período de governo Lula e FHC foram desapropriados 48 milhões de hectares e 21 milhões de hectares, respectivamente, no governo Dilma,

foram desapropriados apenas 2,3 milhões de hectares. No ano de 2013, houve apenas 10 desapropriações de terras para fins de reforma agrária (DATA LUTA, 2013, p. 8).

A diminuição de investimentos e o corte de recursos para programas sociais acarretam em problemas como o sucateamento e a inoperância de órgãos públicos como o INCRA. Esta é apenas uma parte dos problemas que se desdobram no “progresso” da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata.

Apesar da ausência do Estado, mas com muita persistência por parte dos acampados, atualmente observa-se uma melhora no tipo de moradia das famílias da Comunidade, como demonstra o gráfico a seguir (gráfico 3) em que apresenta-se o tipo de moradia em relação ao total das famílias da comunidade.

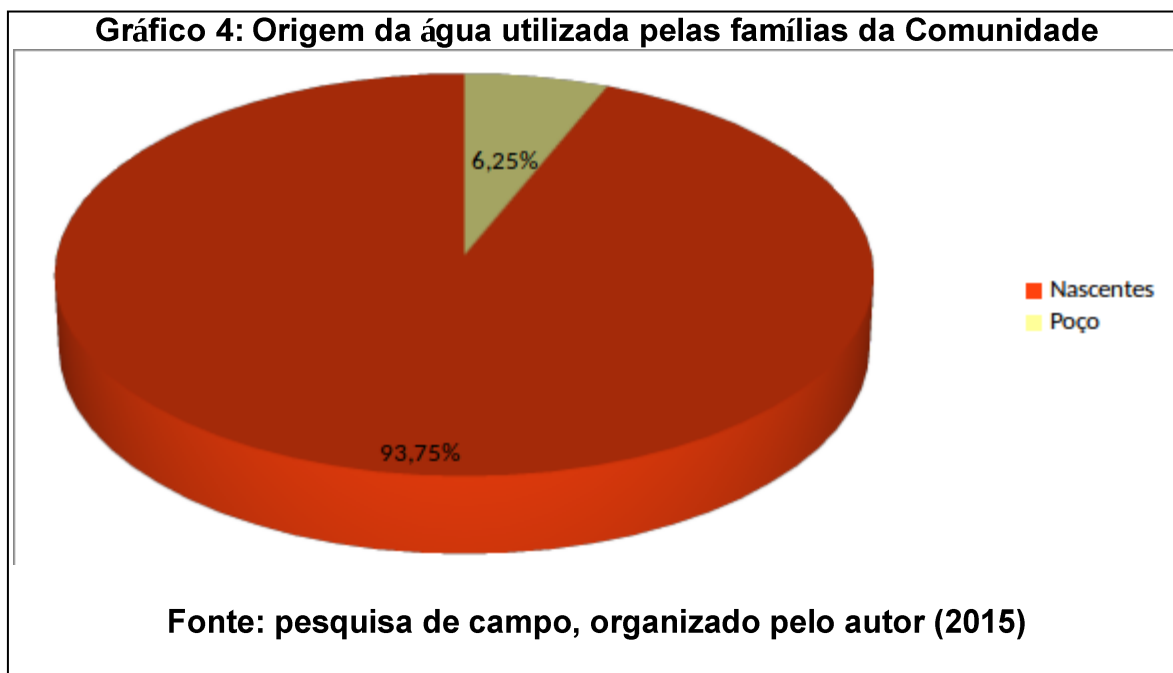
Gráfico 3: Tipo de moradia das famílias da Comunidade



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Conforme dados presentes no gráfico 3, das 53 famílias da Comunidade, verifica-se que apenas 2% delas ainda permanecem na condição inicial de moradia, ou seja, um percentual relativamente baixo encontra-se em barracos de lona. Salienta-se que 79% das famílias melhoraram a estrutura de moradia, uma vez que, suas casas são de madeira. Já 19% ousaram a sair das condições de moradia que estavam e com recursos próprios construíram e ainda estão construindo suas casas de alvenaria.

Um dos exemplos da falta de investimento e de acesso a políticas públicas pode ser visto no uso da água das famílias. Grande parte das famílias consome água de nascentes como nos mostra o gráfico abaixo (gráfico 4).



A forma de utilização da água está ligada a qualidade de vida, pois muitas patologias estão associadas a água de má qualidade. No caso das famílias da Comunidade poucas sabem qual a qualidade da água consumida. A Comunidade está localizada próxima a um antigo lixão (atual aterro sanitário) do município, que recebe diariamente lixo dos municípios de Ponta Grossa, Carambeí e Palmeira. Os resíduos depositados neste espaço correspondem a produção de mais de 350 mil habitantes despejadas a pouco mais de 600 metros de uma das famílias da Comunidade como podemos verificar no mapa a seguir (Mapa 3).

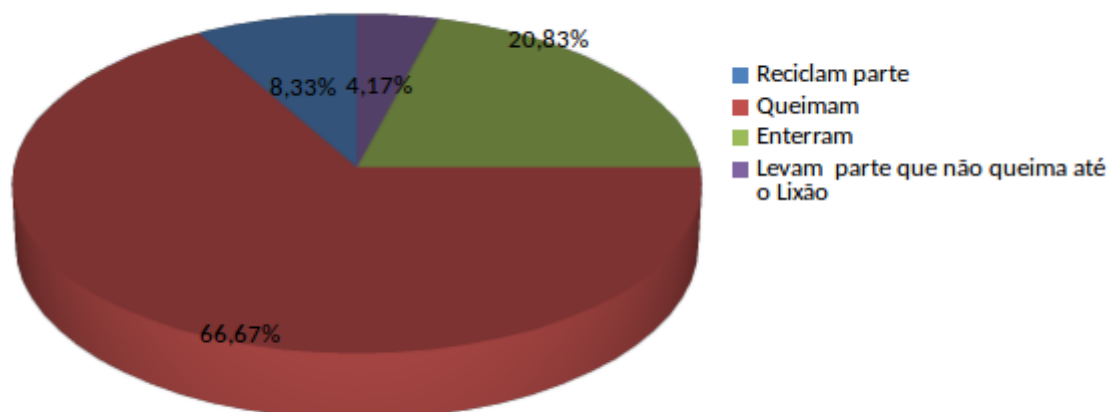
Mapa 3: Localização do aterro sanitário e da Comunidade Emiliano Zapata



Fonte: Google Earth (2015)

Apenas umas das nascentes que fornece água para oito famílias teve sua análise realizada em 2012 e apresentou um bom resultado. As demais famílias seguem utilizando as nascentes e cisternas (poços) sem tratamento e sem saber a real qualidade da água. Como ressaltado anteriormente, a falta de investimentos e acesso a políticas públicas é um dos fatores que levam as famílias a consumirem água sem tratamento que futuramente podem trazer prejuízos a saúde.

Por mais próximo que estejam do aterro, as famílias não são atendidas pela coleta de lixo do município. Logo, a maioria delas não tem um destino correto para o lixo produzido como nos mostra o gráfico a seguir (gráfico 5).

Gráfico 5: Destino do lixo da Comunidade

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

O gráfico 5 apresenta resultados preocupantes em relação ao destino do lixo produzido pelas famílias da comunidade, pois 67% das famílias queimam o lixo. Estudos realizados em relação ao impacto ambiental da queima de lixo revelam que este ato libera uma série de toxinas na atmosfera dentre elas a dioxina uma substância cancerígena.

O Destino do lixo das famílias da Comunidade desde o seu surgimento foi uma preocupação. No começo do acampamento o destino do lixo era discutido pelo setor de saúde, que por muitas vezes tentou junto a prefeitura do município uma forma para que as famílias fossem atendidas pela coleta seletiva. Sem resultados expressivos, o que foi conseguido em momentos pontuais foi a coleta feita por algumas pessoas que reciclam ou que tem disponibilidade de ir até a comunidade para a coleta de materiais recicláveis.

Portanto, as famílias não tiveram muitas saídas a não ser organizarem seu próprio “lixão”. Logo no início do acampamento as famílias “cavaram” coletivamente um local em que seria depositado todo o lixo produzido no acampamento. Para o setor de saúde da comunidade esta era uma forma para que o lixo não ficasse espalhado pelo acampamento. Todavia, no momento em que as famílias se deslocam para as unidades de produção esta forma de organização em relação ao

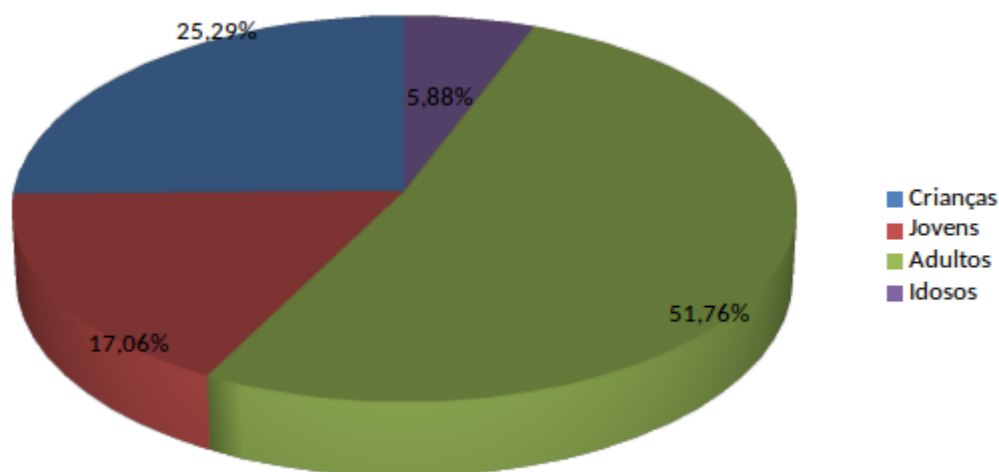
destino do lixo não teve continuidade, ficando a cargo de cada família criar a sua organização em relação ao destino do lixo.

Como verifica-se no gráfico 4 ainda, a alternativa adotada pela maioria das famílias foi a incineração do lixo. A incineração, bem como o depósito irregular de lixo é preocupante do ponto de vista ambiental, pois as duas formas trazem prejuízos ao meio ambiente, além de constituir-se como um crime ambiental, conforme a lei de crimes ambientais, Lei 9605/1998 que as famílias desconhecem. Este “tratamento” do lixo é uma das contradições existentes na comunidade, que como mencionamos anteriormente, tem sua história fundada na luta pela agroecologia, o que logo, pressupõe um cuidado com o destino do lixo.

ASPECTOS POPULACIONAIS DA COMUNIDADE

A comunidade ao longo de sua formação teve um grande fluxo de acampados, contabilizando aproximadamente 500 pessoas no auge do acampamento em 2003. Atualmente a Comunidade de Resistência Emiliano Zapata conta com um número bem menor do que o registrado em 2003. Hoje são 53 (gráfico 2) famílias, aproximadamente 150 pessoas.

O gráfico a seguir (gráfico 6) mostra o percentual de moradores dividido por faixa etária.

Gráfico 6: Divisão populacional da Comunidade por faixa etária

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

No gráfico 6 é possível verificar que 52%, ou seja, mais da metade da população da Comunidade é composta por pessoas adultas (30 à 59 anos), geralmente casais. Se analisarmos do ponto de vista do potencial de crescimento, outra parcela em destaque é a juventude. Se somadas as parcelas de jovens e crianças há um total de 42%, ou seja, em curto/médio prazo estes 42% poderão estar à frente da Comunidade.

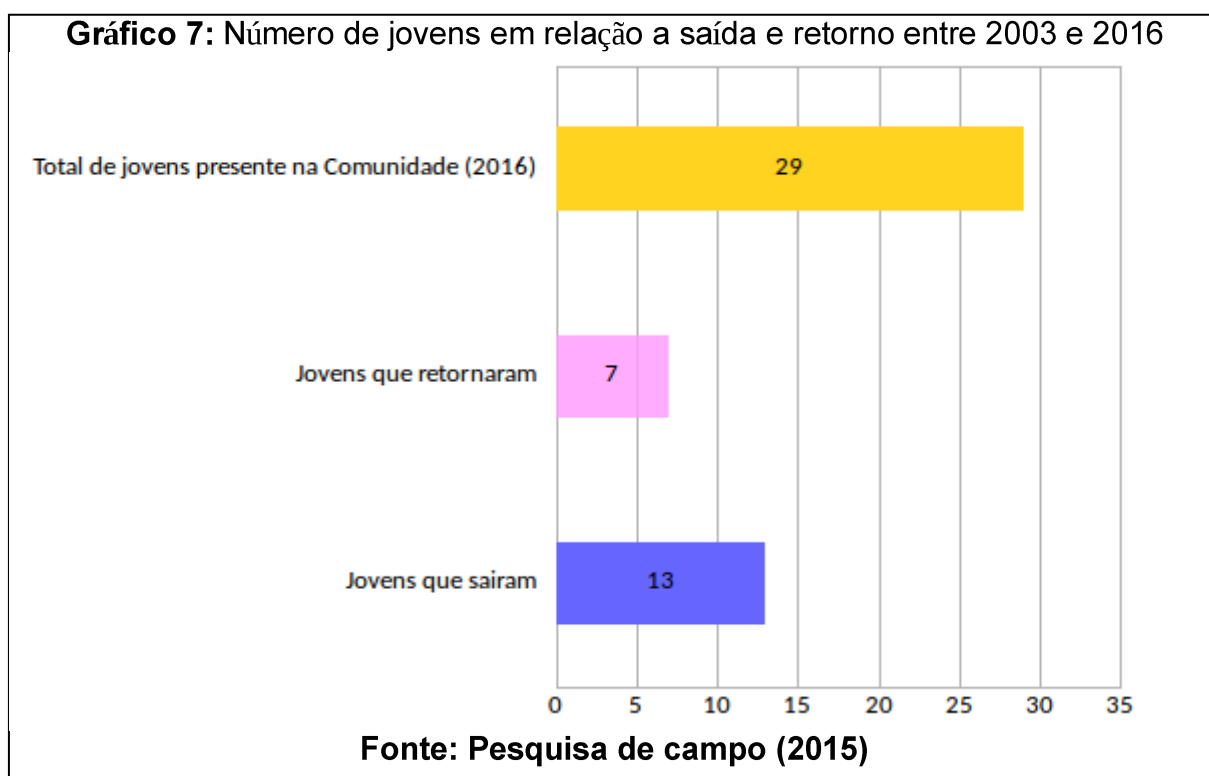
O número de pessoas da Comunidade está também relacionado ao fluxo migratório da parcela jovem. A juventude é responsável pela variação do número de pessoas da comunidade ocasionado pela sua saída ou retorno. Muitos jovens após experimentarem “a vida na cidade” e se depararem com uma realidade muito mais dura que a idealizada, acabam retornando à Comunidade.

Sobre a migração dos jovens, Castro (2009) recorda as dificuldades enfrentadas pelos jovens camponeses na vida urbana, reforçada ainda pelo imaginário de campo ligado ao atraso. “Os jovens do campo seriam aqueles que “vivem o dilema” do trânsito entre o campo e a cidade, e sofreriam de forma mais direta as transformações sociais no meio rural” (Carneiro, 1998 *apud* Castro, 2009, p. 55).

Nesse movimento, os jovens carregam consigo traços que se misturam entre aspectos urbanos e rurais. Podemos constatar estes aspectos nos jovens da

Comunidade que migraram, e que ao retornarem trazem consigo experiências novas, até mesmo constituindo família e retornando para o campo. Atualmente (2016) há cerca de 29 jovens dentre os quais 7 (jovens) que retornaram recentemente com seu cônjuge.

Este retorno da juventude para a Comunidade (campo) é um elemento de análise que rompe com o imaginário de um campo ligado ao atraso do trabalho penoso. A vida no campo pode ser dura, mas para estes jovens que retornam à Comunidade, mais dura ainda foi a vida na cidade, local onde enfrentavam altos índices de violência e uma elevação da taxa de desemprego. Visualiza-se o retorno de uma parte da juventude da Comunidade conforme o gráfico abaixo (gráfico 7).



No caso da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, os jovens estão retornando em busca de autonomia, principalmente jovens entre a faixa etária de 20 à 25 anos. Um ponto relevante para a emancipação da juventude camponesa gira em torno do debate sobre a autonomia financeira, pois ainda há um paradoxo entre querer ficar no campo e as reais condições de permanência.

Castro (2009) aponta que há um distanciamento entre a “vontade” em ficar no campo e as “reais” condições de permanência. Isso se explica por meio da falta de

acesso à terra e de políticas públicas para juventude camponesa. O pensamento de Castro (2009) se repete na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata como podemos observar nas entrevistas realizada com jovens da Comunidade.

“pretendo continuar no acampamento em busca do uso correto de nossas terras” (Gabriel).

“Com certeza, morar no campo a vida torna-se mais saudável e econômica, com alimentos sem agrotóxicos, ar puro, uma vida mais calma, mais próxima com os vizinhos, etc.” (Rose).

“eu gosto de viver com as pessoas do assentamento e conhecer as origem de cada um” (Lucas).

“não me vejo morando em outro lugar” (André).

“acho que não vou conseguir ter um futuro sucedido” (Pedro)

A coleta das amostras utilizadas foi obtida por meio de entrevista com 5 jovens da Comunidade. Em respostas as questões conclui-se que a maioria dos jovens entrevistados expressa um significativo desejo de permanência. Apenas um dos jovens não manifestou disposição de permanência no campo.

A disposição da não permanência no campo em geral, não está ligada somente ao desejo, mas aos fatores sociais que exercem pressão sobre a juventude camponesa, seja, ela no âmbito do trabalho, do emprego, da educação, da cultura ou da moral¹⁶

Entre o “querer ficar no campo” e as condições concretas, alguns elementos influenciam como o acesso escolar ao ensino de qualidade, lazer, esporte, cultura, programas de valorização e de viabilização da pequena produção, políticas públicas eficientes, etc. Estes elementos que fazem parte da dimensão social humana muitas vezes são negligenciados para a juventude camponesa.

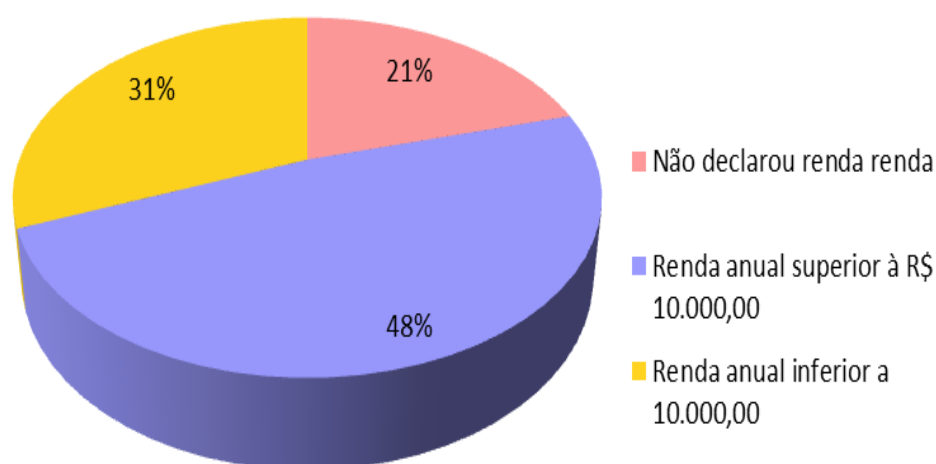
Uma das alternativas para a juventude que retorna para o campo pode ser a agroecologia, pois ela é tratada como um elemento que auxilie na superação das dificuldades vividas. Como tratado anteriormente a agroecologia é um “meio” de enfrentamento da lógica do modelo agrícola do agronegócio, que é um dos principais fatores degradantes da vida camponesa.

¹⁶ Sobre o aspecto moral, Castro (2009) levanta dados sobre os preconceitos sofridos contra os jovens do MST e da CONTAG, e se, já se sentiram desrespeitados ou discriminados por serem do campo. A autora apresentou números alarmantes sobre o preconceito que sofre a juventude camponesa e demonstra que “a identidade do jovem rural se debruça sobre uma percepção carregada de valores pejorativos. Tal processo se confirma ao verificarmos quem são os atores que desrespeitam ou discriminam esses jovens. Mais da metade corresponde a pessoas da cidade [...]” (CASTRO, 2009, p. 133).

Para desenvolver a prática da agricultura agroecológica é necessário autonomia nas decisões sobre o quê e como produzir. Assim a renda e autonomia camponesa é decisiva, podemos observar no gráfico a seguir (gráfico 8) que os jovens responsáveis pela gestão da unidade de produção possuem maior autonomia nas decisões. Portanto, conclui-se que a propriedade da terra é um forte elemento para a interpretação da autonomia ou a sua ausência. Identifica-se que os jovens que apresentam maior renda e podem gestar (decidir) a utilização desta, são os jovens titulares.

Compreendemos que a renda não é o único elemento que determina a qualidade de vida, mas é importante para interpretarmos as relações de produção e emprego da força de trabalho presentes na comunidade.

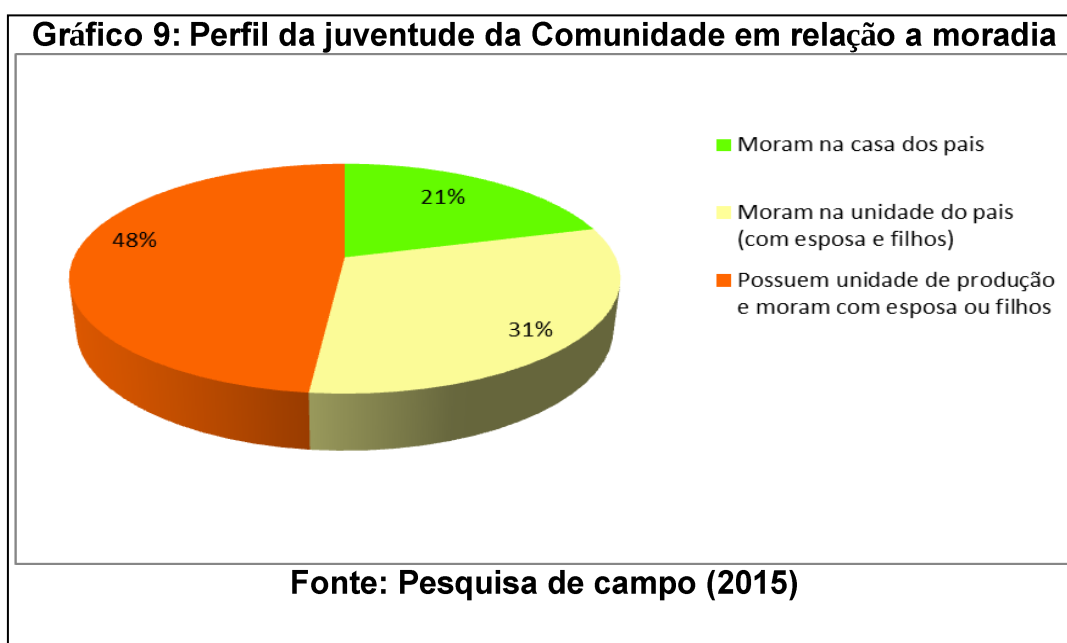
Gráfico 8: Renda na unidade familiar administrada pelos dos Jovens da Comunidade



Entre o total (29) de jovens da Comunidade, 21% estão na faixa etária entre 15 e 18 anos. Esses jovens vivem com os pais e dependem financeiramente da família, portanto ao não declarar uma renda aproximada entende-se que a mesma não ultrapassa a R\$ 5.000,00 anuais. Em contrapartida a outra parcela dos jovens apresenta uma renda inferior ou superior a R\$ 10.000,00 anuais, é a parcela de jovens que complementa a renda com trabalhos fora da Unidade de Produção.

Cerca de 48% dos jovens apresentam uma renda superior a dez mil reais anuais. Esses jovens são os titulares da unidade produtiva e decidem sobre a produção na unidade. Pondera-se assim que a produção familiar de subsistência, a produção de excedentes, os trabalhos fora da terra, entre outras formas, viabiliza a reprodução familiar dos jovens da comunidade.

Além de constituir-se como uma parcela que constantemente sai e retorna para o campo, os jovens da comunidade baseados nos dados coletados podem ser fracionados em três perfis relacionado com local de moradia como apresenta o gráfico a seguir (gráfico 9).



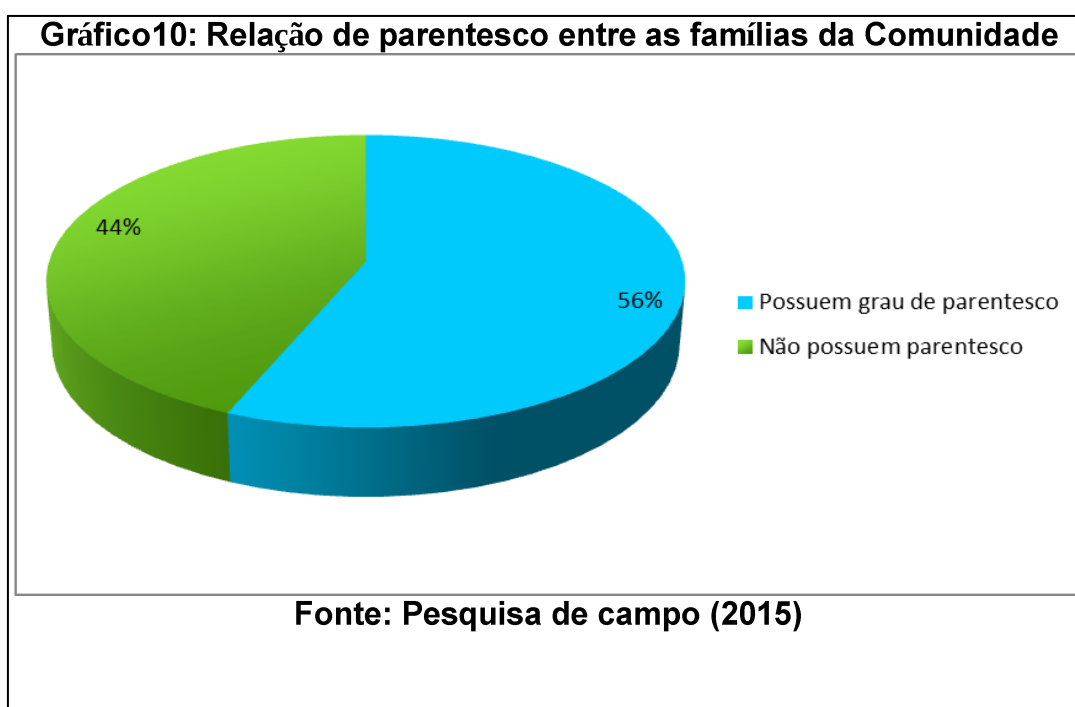
Podemos visualizar no gráfico 9 que 48% dos jovens da comunidade moram em sua própria unidade de produção com esposa ou esposo e filhos; 31% dos jovens moram na unidade dos pais com esposa ou esposo e filhos; e 21% são jovens solteiros que moram com os pais.

Mediante este fato destacamos a renda como um importante elemento para analisar a autonomia dos jovens da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata.

É possível verificar que uma parcela significativa da juventude está na sua unidade de produção, o que corresponde a uma autonomia nas decisões da produção e gestão. Esta autonomia na gestão basicamente refere-se aos 48% dos

jovens correspondentes a um grupo restrito da faixa etária superior aos 25 anos de idade que comandam uma unidade de produção. Somadas as outras parcelas, temos 52% de jovens que participam na unidade de produção parcialmente, ou seja, não tem total autonomia¹⁷ nas decisões.

Além do retorno dos jovens que constituíram família fora da Comunidade, há um expressivo número de famílias com relações de parentesco devido ao matrimônio entre os jovens da comunidade como mostra o gráfico a seguir (gráfico 10).



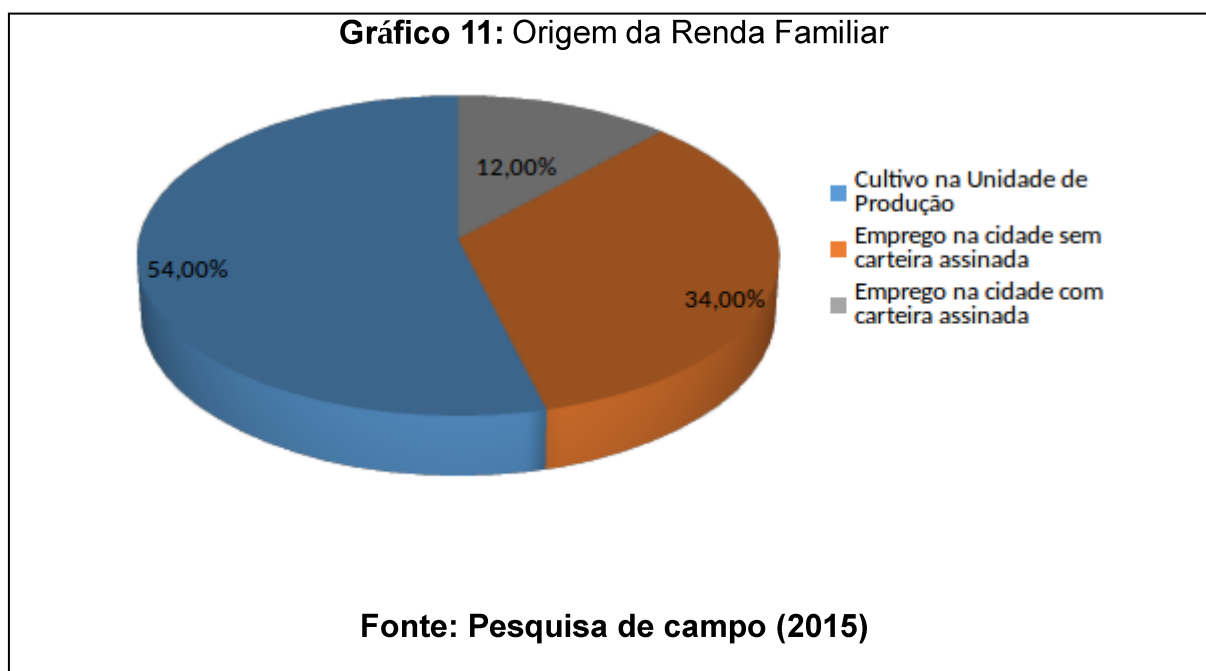
Como podemos verificar no gráfico 10, entre as 53 famílias presentes atualmente na Comunidade, a maioria (56%) possui algum tipo de parentesco com outras famílias. Passados mais de uma década, as famílias foram estreitando os laços familiares e os principais sujeitos desta ação são justamente os jovens.

RENDA NA COMUNIDADE DE RESISTÊNCIA EMILIANO ZAPATA

¹⁷ Conforme Chauí (2000), a palavra **autônomo** vem do grego: *autos* (eu mesmo, si mesmo) e *nomos* (lei, norma, regra). Aquele que tem o poder para dar a si mesmo a lei, a norma, a regra é autônomo e goza de autonomia ou liberdade. Autonomia significa autodeterminação (CHAUÍ, 2000, p. 566). A autonomia é um aspecto interessante que o MST há tempos vem exercitando, ela viabilizou (e viabiliza) muitas ações do movimento. Também esta autonomia financeira contribuiu para que o MST continuasse no cenário político durante mais de três décadas.

De modo geral, as relações de produção na agricultura camponesa não são essencialmente capitalistas (TAVARES DOS SANTOS, 1978), pois não se realiza nas etapas de produção que objetiva a acumulação de capital. A agricultura camponesa ainda se diferencia pelo fato de que a força de trabalho da família é o elemento mais importante, “é a família que define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade” (FABRINI, 2002, p. 46).

Para uma parte das famílias da Comunidade, a realização do trabalho na agricultura camponesa é limitada pela falta de investimento. Decorrente deste fator, boa parte da força de trabalho é empregada fora da unidade de produção como podemos visualizar no gráfico a seguir (gráfico 11), o total das famílias (53) em relação a renda.



Não desconsiderando as diversas formas de produção e obtenção de renda que envolva a agricultura camponesa, podemos verificar no gráfico 11, que 54% das famílias tem sua renda maior medida em sua unidade de produção; 34% trabalham fora da unidade familiar sem carteira assinada, ou seja, no trabalho informal e 12% trabalham fora da comunidade com carteira assinada. Ressalta-se que nas frações

que trabalham fora, também cultivam na unidade de produção, porém em menor quantidade.

As famílias que empregam a sua força de trabalho fora da unidade totalizam 46%, ou seja, um percentual relativamente próximo ao das famílias que sobrevivem das atividades agrícolas praticadas na unidade de produção. Da equação resulta em 46% que empregam força de trabalho fora, 70% estão na faixa etária entre 20 a 29 anos, ou seja, são os jovens.

Grande parte do emprego da força de trabalho da juventude da Comunidade foi estimulado pela implementação de programas de habitação como o PNHR, MCMV de estímulos e financiamentos colocados em prática pelo Governo Federal, sintetizados em várias frentes do PAC, o que se desdobrou na oferta de empregos na construção civil. Com a demanda em alta, as famílias da Comunidade que enfrentam os problemas da falta de recursos destinados a produção, não hesitaram em lançar-se neste trabalho (construção civil) fora do lote.

Ao contrário do que estabeleceu Tavares dos Santos (1978), ao tratar dos “colonos do vinho”, em relação ao trabalho acessório, onde em sua abordagem identificou que os camponeses realizavam o trabalho acessório, (fora da sua unidade familiar) nos períodos de baixa produção, as famílias da Zapata, empregam constantemente sua força de trabalho fora da unidade e não apenas nos períodos de baixa produção. Essa condição deve-se a alta vulnerabilidade das famílias da Comunidade, pois não foram assentadas definitivamente.

No caso da Comunidade a renda fora da unidade tem propiciado para as famílias e principalmente para os jovens uma estratégia de obtenção ou complementação da renda. A renda fora da unidade merece um destaque, pois é por meio dela que algumas famílias atingiram uma renda superior as famílias que dedicam seu trabalho exclusivamente na unidade produtiva.

Salientamos que predominantemente são os jovens do sexo masculino que trabalham fora. Podemos estabelecer assim uma relação entre a renda originada fora e a renda originada na unidade produtiva. Esta relação é possível por meio da atividade laboral realizada pela figura feminina na família, ou seja, a mulher é responsável pela produção na “*horta do lote*”, e assim unem-se a renda que geralmente o homem arrecada com o trabalho fora e a renda das hortaliças produzidas e comercializadas pela mulher.

ORGANIZAÇÃO DE COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO PRESENTE NA COMUNIDADE

Observamos na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata a organização de alguns canais de comercialização da produção. A organização dos canais de comercialização contribui na composição da renda para as famílias que empregam sua força de trabalho na unidade de produção. As fontes da renda das famílias que prioritariamente cultivam na unidade familiar, advêm em maior medida da produção de hortaliças para o PAA¹⁸, PNAE e Feira Verde¹⁹.

A comercialização da produção é realizada por duas organizações. A primeira é a Associação dos Trabalhadores da Reforma Agrária (ATERRA); a segunda é a Cooperativa Camponesa de Produção Agroecologia e Economia Solidária (COOPERAS).

A ATERRA é uma associação sem fins lucrativos e, portanto toda sua receita deve ser destinada a manutenção e gestão dos projetos do PAA e PNAE. A associação é um importante meio de reconhecimento jurídico para famílias da Comunidade e foi também por meio dela que se consolidou o primeiro canal de comercialização da produção da Comunidade.

Fruto das primeiras mobilizações do MST na região, a associação foi fundada em meados de 2002 como consta em ata.

Aos vinte e dois dias do mês de Junho de dois mil e dois, nesta cidade de Ponta Grossa, na rua Colômbia, número quarenta e nove, Bairro da Ronda, às dezoito horas, foi realizado a Assembleia de Fundação da Associação Dos Trabalhadores Da Reforma Agrária (ATERRA, 2002).

A Associação possui um estatuto que reúne os princípios do MST e aprofunda-se no nível político, pois em seu estatuto social, no artigo 3º encontram-se várias menções sobre a importância da associação como um instrumento de contribuição na luta dos sem-terra pela Reforma Agrária.

Art. 3º são princípios da ATERRA: lutar pela reforma agrária, tendo a perspectiva de uma sociedade sem exploração onde impere a democracia

¹⁸ Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações do Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar. Para ver mais disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/decom/paa>.

¹⁹ A Feira Verde é um programa do Município de Ponta Grossa que compra hortaliças e frutas dos agricultores pra trocar por lixo reciclável com os pontagrossenses.

política, social e econômica; reger-se pela mais ampla democracia em todos seus organismos e instâncias, garantindo a mais ampla liberdade de expressão aos seus associados; manter relação de cooperação com entidades representativas de movimentos populares para a concretização da solidariedade social; colaborar e defender a solidariedade entre os povos para a concretização da paz e do desenvolvimento em todo o mundo; lutar para defender as liberdades individuais e coletivas, pelo respeito a justiça social e pelos direitos fundamentais do homem (ATERRA, 2002).

Para as 53 famílias da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata a conquista da ATERRA já foi um grande passo na forma de organização dos acampados. Na ATERRA todas as famílias organizaram-se em torno de uma proposta comum que converge com as diretrizes e princípios do MST. Logo, esta referida associação foi criada no intuito de somar-se a luta pela reforma agrária.

A Associação dos sem-terra foi uma das primeiras a conseguir atender aos requisitos do PAA. Portanto, a ATERRA foi a primeira estratégia organizativa para a obtenção de renda das famílias.

Em 2006 os jovens da comunidade começaram ser levados em consideração pela coordenação da associação e cadastrados também juntamente no INCRA. Decorrente do cadastro do INCRA iniciou-se a discussão na Comunidade sobre a possibilidade de viabilizar um projeto do PAA para os jovens que estivessem cadastrados.

Como destacado anteriormente, uma preocupação da Comunidade, desde seu surgimento, foi com a agroecologia. Amparados na associação ATERRA em 2007, 60 integrantes, inclusive jovens da Comunidade, conquistaram a certificação de “agricultores ecologistas” emitida pela rede de certificação participativa “Rede Ecovida de Agroecologia”. Essa certificação foi uma conquista para as famílias da Comunidade, pois eram cerca de 60 famílias dispostas em uma mesma área implementando um projeto de produção agroecológica certificada.

Dentre os princípios da ATERRA está “*lutar pela Reforma Agrária*”. Uma das formas encontradas pela Associação para viabilizar a luta foi a contribuição financeira das famílias associadas. Para esta contribuição financeira foi elaborada uma proposta apresentada e aprovada em assembleia. Nesta proposta, como registrada em ata, ficou estabelecido pela assembleia que a ATERRA descontaria 10% de cada associado referente às suas entregas para o PAA, para a manutenção da mesma (despesas com contador, com engenheiros que elaboram os projetos, etc.) e também

para a luta das famílias da Comunidade. A quantidade de recurso que sobrava dos 10% era utilizada pelo setor de finanças nos deslocamentos e mobilizações.

Mas, as dificuldades financeiras, administrativas e éticas acabaram por desqualificar a Associação, levando a perda da credibilidade pelas famílias. As dificuldades organizativas levaram a criação de mais uma alternativa para as famílias da Comunidade, a fundação de uma cooperativa.

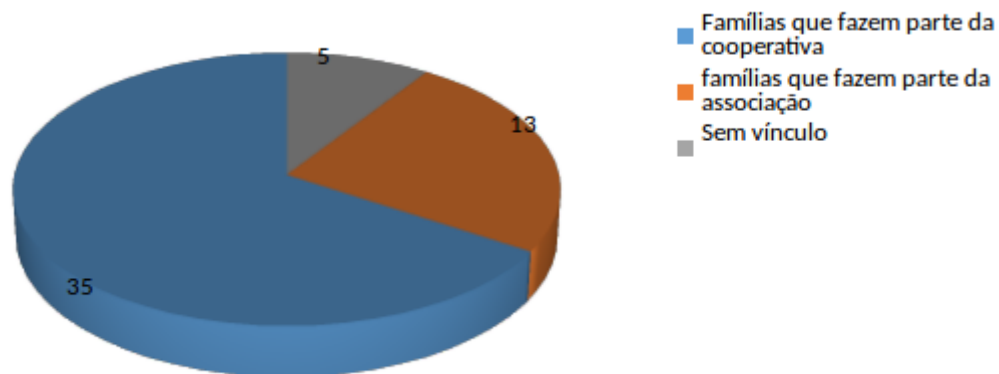
Visando a ampliação das relações de comercialização da produção das famílias camponesas da região, desde 2011 havia a cogitação de criar uma cooperativa da agricultura camponesa na região dos Campos Gerais. Com este intuito, em 2012, foi criada e colocada em funcionamento a COOPERAS. A cooperativa foi fundada por um grupo de 20 assentados e acampados, dentre as quais 17 cooperados pertencentes à Comunidade de Resistência Emiliano Zapata e 3 assentados externos à Comunidade. A COOPERAS nasceu com o intuito de organizar e comercializar a produção para além do que a ATERRA era capaz. Atualmente a Cooperativa conta com um número de 90 cooperados. Entre o total de sócios, 21 associados são “acampados” da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata.

É importante frisar que um dos fomentos para a criação da COOPERAS foi a IESOL/UEPG, que realizava na época um projeto de extensão “Universidade Sem Fronteiras” na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata pela SETI.

AS CONTRADIÇÕES DAS PERSPECTIVAS PRESENTES NA ATERRA E COOPERAS

Tanto a ATERRA, quanto a COOPERAS, possuem um objetivo comum, que é constituir-se como um canal de comercialização da produção para as famílias da Comunidade. Por mais que as duas organizações tenham um objetivo comum, elas possuem suas peculiaridades. A ATERRA com um caminho modesto e a COOPERAS com um caminho ousado.

A migração das famílias da Associação para a cooperativa foi principalmente em função da ampliação das formas de comercializar (projetos) a produção que a COOPERAS oferece. Podemos visualizar no gráfico a seguir (gráfico 12) que as 53 famílias da Comunidade dividem-se nas duas formas de organização para comercializar a produção.

Gráfico 12: Formas de organização da produção e comercialização na Comunidade.

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Mediante os dados apresentados no gráfico 12, podemos verificar que das 53 famílias da Comunidade, 13 continuam na associação criada em 2002, 35 migraram para a cooperativa criada em 2012 e 5 famílias estão sem vínculos.

Segundo um dos cooperados e ex-associado da ATERRA, a vontade seria de transformar a ATERRA em uma cooperativa.

“Nós poderia [...] ter transformado a ATERRA numa cooperativa porque ela era e é uma entidade respeitada, acho que tá tudo certinho, mas só que houve uns entrevero e uns ‘cunversero’ na comunidade e agente achou melhor criar outra, ... problemas políticos” (cooperado1).

O relato do cooperado demonstra a situação de dicotomia entre a organização ATERRA e a COOPERAS, no sentido de que ambas fazem parte da mesma realidade e visam promover as melhorias na renda das famílias, mas atuam separadamente. As duas formas de organização expressam as contradições internas da Comunidade.

A Comunidade, como já mencionado, desde o início, colocou em seu regimento interno a diretriz da agroecologia. Distribuiu as famílias na área (unidade de produção), local em que cada uma poderia experimentar e exercitar a produção sem o uso de agrotóxicos. Porém, sem os investimentos em melhoramento do solo,

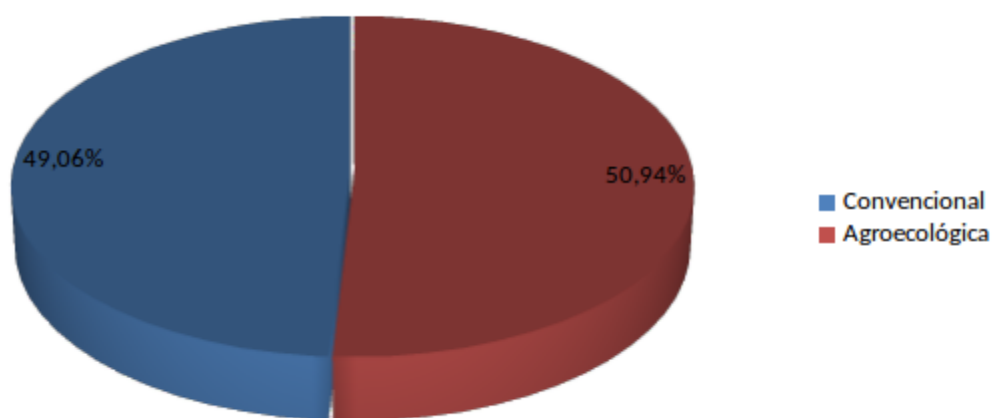
infraestruturas e principalmente de tecnologias, várias famílias questionaram a forma de produzir alicerçada na agroecologia.

A direção da Comunidade instruída segurava as “rédeas das pessoas que gostariam de usar veneno na roça” é o que transparece nos relatos das famílias da Comunidade. O debate era importante, pois o MST tem em seus princípios a transformação social visando na agroecologia a prática de uma agricultura que contemple os interesses dos camponeses. Assim, a agroecologia, no regimento enquadrava os que pensassem diferente.

A agroecologia é um debate importante e necessário para a Comunidade, porém durante muito tempo foi imposto pela direção. Esta imposição há anos incomodava algumas famílias que por mais de uma década, praticou uma agricultura que no seu manejo não melhorou a produtividade do solo, o projeto agroecológico na Comunidade se desgastou. Devido a morosidade do Estado não foi somente a proposta de agroecologia que se desgastou, ou seja, desgastaram-se a direção, os militantes empenhados na organicidade das famílias que desmotivaram-se abrindo brechas para que as pessoas que se sentiam reprimidas contestassem a agroecologia.

Em 2015, o projeto de uma comunidade exclusivamente agroecológica iniciado no ano de 2003 não teve sequência, pois algumas famílias a fim de “experimentar” outra forma de cultivo, aderiram a prática de uma agricultura convencional.

Para as famílias da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata que enfrentam por mais de 13 anos as dificuldades de “tentar” uma produção de alimentos baseados nos princípios da agroecologia, a COOPERAS abriu o leque de possibilidades e poderá ser um viés de superação das dificuldades. Com a abertura da possibilidade de comercialização da produção convencional, as famílias da Comunidade dividiram-se como apresenta o gráfico a seguir (gráfico 13) com o total (53) das famílias da Comunidade.

Gráfico 13: Produção agroecológica e convencional em 2015

Fonte: Pesquisa de campo (2015)

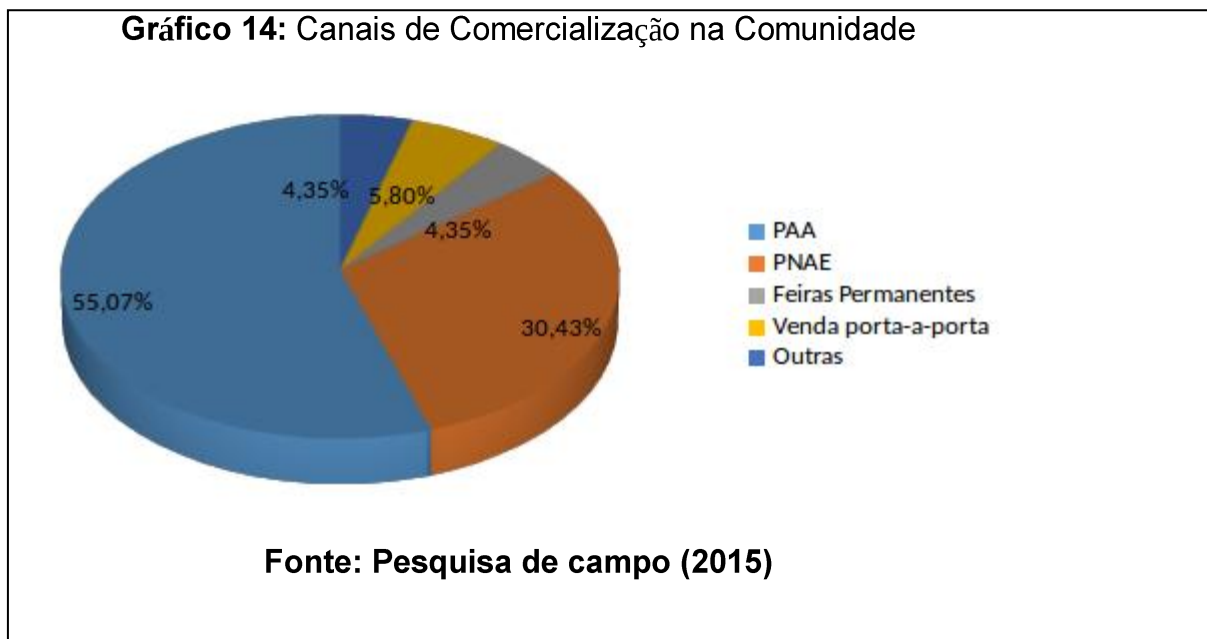
Vivendo dificuldades diversas, 49% das famílias da Zapata guinaram para o cultivo convencional, na busca de uma alternativa que promovesse uma melhoria na qualidade de vida. Já 51% das famílias ainda se mantiveram firmes no cultivo sem agrotóxicos, pois acreditaram estar no caminho correto.

Nesta divisão entre as famílias que continuam na proposta agroecológica e as que migraram para o convencional, vislumbra-se a “dualidade” nas perspectivas de vida. Para uns, a produção convencional pode aliviar o trabalho, aumentando a produção, o que pode se desdobrar no progresso social e econômico das famílias; para outros, pode ser algo maléfico a ponto de causar intoxicações e óbito. O mesmo pensamento dicotômico cabe para os que permaneceram na produção agroecológica, pois como afirmam alguns acampados “isso é dar murro na ponta de faca”, mas otimistas acreditam que poderá dar certo.

O gráfico anterior (gráfico 13), representa a divisão entre os que aderiram ao cultivo convencional e os que decidiram insistir na agroecologia. Estas ideias também se dividem nas organizações como a ATERRA e COOPERAS. A primeira (ATERRA), fiel aos princípios da agroecologia estabelecidos no Regimento Interno da Comunidade, atualmente realiza projetos para 13 produtores do “PAA orgânico”, que agrega um valor (30%) a mais que o convencional. Em contrapartida, a segunda organização (COOPERAS), possibilita comercializar alimentos produzidos

convencionalmente, além de elaborar projetos para 35 produtores distribuídos no PAA (orgânico e convencional), PNAE e Feira Verde.

Além das possibilidades de comercialização que são criadas via COOPERAS ou ATERRA, as famílias da Comunidade também praticam outras formas, como observa-se no gráfico a seguir (gráfico 14).



Os dados presentes no gráfico 14 apresentam as alternativas de venda porta-a-porta, feiras permanentes, entre outras que a criatividade permite. No entanto, visualiza-se que 85% da comercialização da produção é realizada via PAA e PNAE. Estas duas formas de comercialização garantem a renda das famílias que cultivam à terra. Os programas como o PNAE e, principalmente o PAA, por se tratar de aquisições governamentais, estão sujeitos a alguns problemas rotineiros de falta de verba que ocorrem na máquina estatal.

AS DIFICULDADES NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO ENFRENTADAS PELAS FAMÍLIAS

Apesar de contar com duas formas de organização na comercialização da produção, muitas famílias além de enfrentarem dificuldades em produzir, enfrentam também problemas com a burocracia e o descaso do Estado.

Em 2007, o projeto do PAA de todas as famílias da Comunidade, gestado pela ATERRA sofreu vários empecilhos burocráticos, atrasando em mais 14 meses o retorno financeiro. Além da morosidade do pagamento dos produtos entregues, cada família recebeu durante este período, 3.818,63 reais, que dividido pelo total de meses de vigência do projeto, resulta em 272,76 reais mensais (abaixo do salário mínimo da época), uma renda relativamente baixa (ROCHA FILHO, 2010). Em sua visão, Rocha Filho (2010), ressalta que um pouco das condições precárias das famílias advêm da parca renda.

As famílias da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata sofrem há anos os problemas financeiros e as burocracias do Estado na comercialização via PAA, visto que ocorrem constantemente atrasos nos pagamentos. Em 2012, mais uma vez as famílias ficaram à mercê do Estado, sendo que um dos motivos foi a investigação do TCU sobre a CONAB, que ocasionou o congelando de todos os projetos e pagamentos do PAA. Foi um período muito difícil em que as famílias ficaram três anos sem seu principal canal de comercialização PAA. Foi nesse período também que se verificou uma migração mais acentuada da juventude e também aumento do emprego da força de trabalho fora da unidade de produção.

A paralisação das atividades na CONAB em relação ao PAA, levou a perda da certificação orgânica das famílias da Comunidade, porque sem realizar as entregas e principalmente sem receber recursos, as famílias não tiveram condições de investir para manter a certificação, o que prejudicou drasticamente a prática da agricultura baseada na agroecologia.

Uma das constantes queixas das famílias é a falta de valorização dos produtos (orgânicos ou agroecológicos), *“as pessoas vão mais pela boniteza das verduras do que pela qualidade”* (ASSOCIADO RUY). O relato do associado demonstra a visão mitificada do alto preço de verduras orgânicas ou agroecológicas. Infelizmente a produção orgânica ainda é fruto de especulação, destinada a um nicho de mercado que tem renda e pode pagar por um preço elevado. Essa prática está relacionada muito mais com a aquisição de um produto que provém *status* social do que com o custo da produção. Para as famílias produtoras da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata, a produção agroecológica precisa ser valorizada no sentido de ser consumida pela qualidade e não pela estética, uma vez que o preço é atrativo e relativamente baixo (custo/benefício) se comparado com os produtos expostos nas gôndolas do supermercado.

Atualmente a ATERRA ainda está em processo de elaboração de um novo projeto para o PAA, pois há cinco anos em que a Associação não movimenta recurso algum. Isso por sua vez pressiona os associados a buscarem outras formas para se manter no campo e na luta. Dentre as 13 famílias que estão na Associação, apenas três delas integram um coletivo de produção que comercializa em uma feira permanente na UEPG, sendo que as demais obtêm renda com trabalho fora do lote ou de benefícios sociais como aposentadorias.

Na COOPERAS, atualmente houve uma ampliação dos projetos que promovem a captação de recursos para as famílias. Baseados nos dados coletados observa-se uma ampliação da possibilidade de obtenção de renda, uma vez que a cooperativa administra três projetos de geração de renda: PAA (orgânico) para 14 produtores da Comunidade que mantém a produção baseada na agroecologia, no valor de R\$ 111.000,00; PAA (convencional) no valor de R\$ 159.000,00, para 21 produtores da Comunidade; e outro PAA (convencional) no valor de R\$ 79.000,00 para um grupo de 10 produtores do município de Guamiranga. Também recentemente foi aprovado no mês de setembro de 2015 o projeto de R\$ 80.000,00 do PNAE.

Existe um potencial para comercialização da produção, mas ainda falta investimentos na produção, como se verifica no depoimento do cooperado.

“nós da COOPERAS temos os espaços delimitados tudo certinho, pra colocar os produtos mais não temos produção, falta investimento [...] também nós temos agricultores que não são agricultores, aprova o projeto no nome dele mais ele não produz ele não planta [...] ai eles são um problema, pra cooperativa até pro próprio agricultor que não planta [...] temos um problema de gestão da propriedade, de fazer um trabalho ordenado” (COOPERADO JOÃO PEDRO).

Podemos verificar no depoimento do Cooperado 1 que atua no “núcleo” da administração da COOPERAS aspectos importantes. Há quatro problemas apontados, segundo o Cooperado João Pedro, ou seja, a “falta de investimento”, “gestão da produção e da propriedade”, “agricultores que não sabem cultivar a terra” e a “falta de mão de obra”. Os problemas estão relacionados entre si, porém entre alguns podemos estabelecer relações diretas, como por exemplo, a pouca produção que está associada a falta de investimentos e aperfeiçoamento das técnicas de manejo das lavouras. Sobre a falta de mão de obra na Comunidade o Cooperado 1 relata que:

“No projeto orgânico nós contamos esses dia aí, que não tão produzindo ou produzindo muito pouco [...] que se incluem na falta de mão de obra, dos 14 cooperados que estão no projeto (orgânico), 9 não conseguem produzir, uns por que já estão aposentados. É um povo que entrega assim, se deu um chuchu numa árvore ele entrega, se plantou uns milho verde e deu ele entrega, é os que não dependem desta fonte de renda [...] por exemplo o (sujeito x) ele tem força de trabalho mas faz cinco mês que aprovamos o projeto dele ele não plantou, num fez nada aí a produção de hoje vai demorar 5, 6, 7, 8 mês que ele vai ter a primeira produção ... e num sei se vai ter. Mais num tá ruim, pras famílias que querem trabalhar tem espaço” (COOPERADO JOÃO PEDRO)

A produção agroecológica demanda um alto emprego de mão de obra e um dos problemas enfrentados pelas famílias da Comunidade é justamente este. A mão de obra, principalmente da juventude, é empregada fora da agricultura. Segundo o Cooperado João Pedro, a COOPERAS não realizou nenhuma discussão referente a juventude devido ao fato de um número baixo de jovens envolvidos na cooperativa. Apenas um número de 5 jovens fazem parte da cooperativa. Mas, o Cooperado João Pedro ressalta que a cooperativa está aberta para a juventude desde que esta tenha os documentos (DAP, bloco de notas, etc.).

A COOPERAS não tem um projeto exclusivo para o futuro em relação a juventude da Comunidade. Essa é uma das principais reclamações do Cooperado entrevistado 1, ou seja, a falta de envolvimento dos jovens. *“quem vai tocar isso aqui daqui uns 15 anos, [...] não tem quem assuma politicamente a cooperativa, não tem tesoureiro, presidente [...]”* (COOPERADO JOÃO PEDRO).

A contradição transparece na prática, pois os cooperados que estão à frente da COOPERAS reconhecem individualmente a importância da preparação e engajamento da juventude para assumir as possíveis tarefas da organização da cooperativa. Mas, não abrem discussões sobre o futuro da cooperativa e da juventude.

O cooperado relata que teria que envolver a juventude sim, mas teria que estar remunerada para poder contribuir. *“acho que nós temos que criar as condições para que a cooperativa tenha condição de remunerar estas meninas”* (COOPERADO JOÃO PEDRO).

Visualizamos a menção enfatizada da renda para a juventude e também a subordinação e falta de autonomia na produção e a partilha dos recursos arrecadados.

“olha bem você pegue a renda de 27 mil, divida pelo pai, pela mãe e pelo filho, da 9 mil pra cada, mas a pergunta é, será que o pai e a mãe sobrevivem com 19 mil? Ou ele vai querer os 27, daí daqui um tempo o filho vai preferir tá trabalhando na cidade e ganhando mil, mil e duzentos mas é dele. Mas se ele fizer assim olha nos vamos produzir pra 40 mil daí dos 27 até os 37 é teu, mas não tem esta perspectiva. Então o problema da juventude no campo é renda se tiver renda a juventude volta tudo”. (COOPERADO JOÃO PEDRO).

A menção da renda para a juventude é um aspecto importante, porém existem outras dimensões da vida que também devem ser levadas em consideração ao analisarmos a juventude camponesa. Esse é o caso da dimensão social e cultural. Tais dimensões podem ser compreendidas como estímulos que instrumentalizam a formação de sujeitos atuantes no processo de transformação da realidade. A juventude camponesa da Comunidade deposita na agroecologia um projeto futuro, como observa-se no depoimento “Os alimentos agroecológicos trazem benefício não só para a saúde, mas para a família que está em cima do lote e para todos os vários tipos de vida do planeta” (JOVEM DOUGLAS).

Na resposta do jovem (JOVEM DOUGLAS) encontramos sinais de valorização da agroecologia. A juventude camponesa representa um potencial de sucessão familiar, no entanto, a ATERRA e a COOPERAS, desde que estas organizações se efetivaram, preocuparam-se muito mais com as dimensões econômicas do que a dimensão cultural ou com a formação política.

A DIMENSÃO CULTURAL E JUVENTUDE NA COMUNIDADE: A EXPERIÊNCIA DA RÁDIO LIBERDADE FM

A organização dos jovens na Comunidade passou por momentos em que se vislumbrava um alto nível na organização, como um grupo bem consolidado de jovens movidos por uma importante pauta de luta. Como um dos desdobramentos desta organização surgiu a “Rádio Liberdade FM”.

Em 2006 os “jovens rebeldes” da Comunidade organizam-se em torno de um projeto que deu origem a uma Rádio Liberdade FM. O projeto idealizado pelo frei Ildo, padre amigo das lutas do Movimento, que juntamente com outras pessoas apoiam o MST fora do Brasil, conseguiram recursos vindos da Itália para a compra dos equipamentos necessários para a instalação de uma emissora de rádio no acampamento. “A estrutura para alojar os equipamentos foi construída com recursos

dos próprios acampados obtidos com a realização de promoções (festas e bailes) e por meio dos trabalhos voluntários e coletivos com a participação da comunidade” (TAQUES, 2012, p. 39).

Como aponta a pesquisa realizada por Taques (2012), a criação da rádio foi algo marcante para os jovens, pois em torno dela reuniam-se 90% da juventude presente no acampamento. Mas, em 2009 as atividades da Rádio foram encerradas. Vários fatores explicam o encerramento, mas o principal foi a grande saída dos jovens da Comunidade.

A rádio organizada pelos jovens da Zapata teve como base as “rádios livres”²⁰. A história da emissora de Rádio Liberdade FM foi feita com a participação organizada da juventude. A Rádio tinha programações que entravam no ar aos sábados e domingos. Moscal (2010) recorda a programação da Liberdade FM, “era nestes dias que a sede do Zapata permanecia mais movimentada: jovens, adultos e crianças circulam na cozinha, no barracão, na venda e no estúdio da rádio” (MOSCAL, 2010, p.12).

A rádio era um espaço de socialização de cultura e arte. Era também um dos principais lugares que a juventude manifestava-se, aflorando suas contradições.

[...] seu estúdio como cenário privilegiado para a observação destas interações sociais, onde tensões, conflitos e disputas se dão, em uma espécie de escala reduzida, em representações políticas, do lazer e da militância na comunidade. A rádio é então espaço social diverso, que abriga tensões e diferenças de perspectivas sobre a cultura, o lazer e o próprio *sentimento de pertença* ao Movimento (MOSCAL, 2010, 18).

Apesar das contradições internas entre a “cultura dos velhos” e a “cultura dos novos”, que refletiam na programação e na organização da rádio, como aponta Moscal (2010), ela foi um instrumento articulador da juventude. Na experiência da rádio podemos identificar os elementos que articulavam e organizavam a juventude.

Na Rádio vislumbrava-se um projeto que colocava em movimento a juventude e o principal motivo para que os jovens se auto organizassem. A auto-organização para a juventude é o pressuposto da libertação dos desejos próprios. É neste momento que ela se encontra com a autonomia nas tomadas de decisões, pois entrelaçadas as relações de autonomia, uma vez que o campo é

²⁰ As rádios livres são a gênese das rádios comunitárias “a primeira rádio livre no Brasil surge com o objetivo de servir como instrumento para libertar as vozes dos excluídos da mídia [...]” (ANDRIOTTI, 2004, p.19).

marcado pela subordinação da juventude camponesa ao “mundo adulto”. Tais relações se estendem para além da unidade familiar. A falta de espaço nas decisões e na participação política levam por vezes a juventude a ações radicais expressando sua rebeldia.

A Rádio Liberdade FM era o potencial organizativo para juventude, pois em torno dela poderiam ser debatidos assuntos pertinentes ao entendimento da importância da produção agroecológica e seu caráter político de enfrentamento de classe. A experiência da Rádio Liberdade FM articulou as dimensões políticas, culturais e sociais em torno da juventude camponesa na Comunidade e que teve fim em vista da saída dos jovens da Comunidade.

Identificamos na experiência da Rádio Liberdade os elementos culturais e políticos que compõem uma importante dimensão humana. No entanto, estes elementos também dependiam de outros fatores para continuar existindo. Destacamos que um dos pontos limitantes das experiências na Comunidade é a concretização do assentamento das famílias.

No assentamento estão depositados projetos de vida, particulares e coletivos. Porém a morosidade no assentamento é frustrante, e que, no limite submetem as famílias da comunidade ao imediatismo, fazendo com que elas procurem um projeto emergencial para permanecer no campo. Assim, os elementos como a falta da titulação da terra, a pouca renda, a escassez na produção, bem como a falta de participação para os jovens camponeses na Comunidade foi um entrave para a melhorias nas condições de vida dos jovens Zapatistas.

CONCLUSÕES

No decorrer desta pesquisa, buscamos identificar os fatores que possibilitam as condições para a juventude camponesa na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata permanecer no campo. A agroecologia é um desses fatores visto que ela possui um conjunto de dimensões culturais, ambientais, sociais, econômicas, dentre outras que pode favorecer a permanência dos jovens camponeses no campo. As perspectivas agroecológicas partem de objetivos que visam a erradicação da pobreza, preservação ambiental, autonomia na gestão da produção, a manutenção e promoção cultural em torno das práticas “tradicionais” e locais dos camponeses.

As entrevistas realizadas na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata possibilitaram identificar que a agroecologia é um pilar em que se estrutura uma concepção de vida no campo que confronta-se com a lógica de mercantilização da natureza e da vida. Porém, as contradições que se estabelecem no interior da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata e as contradições externas (da sociedade) faz com que as famílias da Comunidade enfrentem graves problemas e dificuldades. Um deles é a morosidade no processo de desapropriação de terras para a reforma agrária, que impossibilita acessar políticas públicas, créditos, dentre outros benefícios. Tais problemas incidem sobre as famílias e a juventude camponesa da Comunidade.

No decorrer desta pesquisa alguns aspectos mudaram profundamente na Comunidade, como por exemplo, o fato em que a agroecologia deixou de ser a única proposta de produção para as famílias. Atualmente uma parcela das famílias migrou para uma produção convencional de agricultura. Um dos principais fatores para esta mudança está diretamente associado a busca de melhores condições de vida exercendo atividades econômica, ou seja, trabalhando fora da comunidade, uma vez que o não assentamento das famílias na área gerou uma vulnerabilidade social das famílias, sobretudo para a juventude. O assentamento das famílias é essencial, como enfatizamos, para acessar políticas públicas, créditos financeiros, etc. O não acesso a tais políticas acarreta à falta de investimento na melhoria da produção agroecológica, que desmotivam as famílias para tais empreitadas.

Conclui-se ainda que os jovens que ainda estão presentes na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata buscam diversas formas para continuar a viver no campo, dispendem força de trabalho fora da unidade de produção, se inserem na produção da unidade dos pais, produzem em sua própria unidade, entre tantas outras formas. Essa persistência dos jovens para permanecer no campo, no caso na Comunidade Emiliano Zapata, tem um conteúdo negador e de resistência as imposições do sistema, ou seja, as imposições do modo capitalista de produção.

Os jovens da Comunidade acreditam na agroecologia, no entanto, os avanços significativos nesse campo dependem da realização do assentamento das famílias na terra. Com isso a luta pela reforma agrária como um projeto de classe torna-se extremamente necessária pressionar o Estado.

Enfim, a agroecologia surgiu nesta pesquisa como um potencial para permanência da juventude na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata.

Entretanto, em vista de um conjunto de fatores, dos quais se destaca o não assentamento na terra, se constitui no principal motivo pela saída dos jovens do Comunidade, bem como a não concretização da agroecologia como uma alternativa de permanência dos jovens no campo. Assim, as dificuldades enfrentadas pelas famílias, desdobrou-se na saída de jovens do campo, que nem o projeto de agroecologia, ou mesmo da Radio Comunitária Liberdade FM, conseguiram conter.

Eis, pois a relação entre juventude camponesa e agroecologia na Comunidade de Resistência Emiliano Zapata.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. rev. ampl. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- AS-PTA. **Relatório Anual**. Assessoria e Serviços a projetos em Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro. 2004.
- ATERRA. **Ata de fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária**. Ponta Grossa: [s.n.]. 2002.
- BOCCARDI, M. T. Hemeroteca. **rebellion.org**, maio 2003. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/hemeroteca/brasil/030519boccardi.htm>>. Acesso em: 2015.
- BOMBARDI, L. M. **Violência Silenciosa: o uso de Agrotóxicos no Brasil**. Anais do VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária: Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.
- BORGES, F. C. Origem históricas da propriedade da terra. In: STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2005.
- BRASIL, C. D. (. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.], 1998.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro, São Paulo: EPSJV, Expressão Popular, 2015.
- CARVALHO, H. M. A Contra Reforma Agrária e o Aumento das Desigualdades Sociais no Campo. **Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 1, n. 2, p. Texto elaborado para a Revista da ABRA, novembro 2014. ISSN 0102-118.
- CASSAB, C. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Revista de História**, Juiz de Fora, v. 17, n. 02, p. 145-159, 2011.
- CASTRO, E. G. et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: EDUR, 2009.
- CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.
- COSTA, E. V. D. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Edusp, 1992.
- COSTABEBER, J. A. Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: BRACAGIOLI NETO, A. **Sustentabilidade e Cidadania: O papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p. 67-117.
- COUTINHO, C. N. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

DATALUTA. (Banco de Dados da Luta Pela Terra). **Relatório de Pesquisa**. Presidente Prudente: Nera/Unesp. 2013.

DELGADO, G. C. A questão Agrária e o Agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

DREBES, L. M.; WIZNIEWSKY, G. Agroecologia e juventude: um possível campo de investigação científica em ascensão. **Revista Monografias Ambientais - REMOA**, Santa Maria, v. 14, n. 1, p. 26-36, Jan-Abr 2015. ISSN 2236 1308.

ESTERCI, N. **Cooperativismo e Coletivização no Campo: questão sobre a prática da igreja popular no Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1984. Disponível em: <<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=43>>.

FABRINI, J. E.; ROSS, D. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Presidente Prudente, 2002: Tese 295 f. (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, 2002.

_____. A escala da Luta e resistência camponesa. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 42, p. 63-91, Jul-Dez, 2006. ISSN 2177-5230.

FERNANDES, B. M. Acampamento. In: CALDART, R. S., et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fio Cruz, 2012. p. 21-25.

GUHUR; D. M. P.; TONÁ, N. In: CALDART, R. S., et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fio Cruz, 2012. p. 59-67.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais e Econômicos: uma análise das condições de vida da população brasileira. **Estudos e Pesquisas**, Rio de Janeiro, v. 32, 2013. ISSN 1516-3296.

IPEA. **Mudanças Recentes na Pobreza Brasileira**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. [S.l.]. 2011. (111).

MACHADO, C. P.; FILHO, L. C. P. M. **Dialética da agroecologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MAZZAROLLO, J. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e**

holocausto ecológico em Itaipú. 2ª ed. rev. ampl. Curitiba; São Paulo. Comissão Pastoral da Terra; Edições Loyola, 2003.

MEDEIROS, L. S. Movimentos sociais no campo , lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX. In: CARTER, M. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINAYO, C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCAL, J. D. S. **De sensibilidade revolucionárias à revolução das sensibilidades: trajetória da música no MST**. Curitiba, 2010: Dissertação 183 f. (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Paraná, 2010.

MST. **Programa Agrário**. São Paulo: Diagramação Secretaria Nacional do MST, 2014.

PELOSO, R. **Método de trabalho de base e organização popular**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ROCHA FILHO, A. N. **A ATERRA - ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REFORMA AGRÁRIA: desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma alternativa de Economia Solidária**. Ponta Grossa: 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

ROSA, M. C. Ocupação de Terra. In: CALDART, R. S., et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular; Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fio Cruz, 2012. p. 509-512.

SÁ, L. M. Prática Revolucionária e Resistência Cultural. In: ESTERCI, N. **Cooperativismo e Coletivização no Campo: questão sobre a prática da igreja popular no Brasil**. [S.l.]: [s.n.], 1984. Disponível em: <<http://www.bvce.org/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=43>>.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SAUER, S.; BALESTRO, M. V. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular , 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, F. C. T. D. In: LINHARES, M. Y., et al. **História Geral do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

STÉDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**. 2. ed. São Paulo : Expressão Popular, v. 1, 2005.

TAQUES, W. C. **Jovens Migrantes: as condições e as possibilidades de**

permanência da juventude na Comunidade Emiliano Zapata. Cascavel, 2012: Monografia 47 f. (Pedagogia para Educadores do Campo), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2012.

TARDIN, J. M. Cultura Camponesa. In: CALDART, R. S., et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 178-186.

QUESTIONÁRIO PARA AS FAMÍLIAS DA COMUNIDADE EMILIANO ZAPATA

Nome: _____

Data: ____/____/____/

Quantas pessoas moram na casa?

Quantas pessoas compõem a família?

- Quantas de 0 a 5 (); de 6 a 12 (); de 13 a 15 (); de 16 a 17 ().
- Quantas de 18 a 25 (); de 26 a 30 (); 31 a 60 (); mais de 60 ().
- Quantas pessoas do sexo: MASCULINO () e FEMININO ()?

Morando no acampamento existem mais famílias com relações de parentesco?

() Não; Sim (); Quantas? ().

Por qual meio conheceu o MST?

Qual localidade morava antes de vir para o acampamento?

Qual trabalho realizava antes de ir morar no acampamento?

Antes de ir para o acampamento já tinha experiência com o cultivo da terra?

Qual a origem do nome da comunidade?

Como foi a escolha do nome da comunidade?

Como a comunidade está organizada? (núcleos, famílias, brigadas, etc.)

Você participa das reuniões que ocorrem na comunidade? Quais?

Como você comercializa a sua produção?

Quais os pontos positivos e negativos nas formas de comercialização?

As formas de comercialização atendem às expectativas e trazem uma boa renda?

Qual o valor da renda familiar que vem da produção na unidade familiar?

Há alguém da família que realiza trabalhos para compor a renda familiar?

() sim () não

•Com carteira assinada ou não?

() sim () não

•Que tipo de trabalho?

Esse trabalho representa maior renda do que a produção na unidade familiar?

As mudas e semente são produzidas na unidade familiar ou compradas fora?

Quais os tipos de cultivo presentes na unidade familiar?

Que técnicas são usadas para o manejo das culturas?

() convencional; () orgânico; () agroecológico; () Misto.

O que é agroecologia para você?

Na sua opinião é mais fácil produzir o convencional ou orgânico?

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS JOVENS

O que é ser jovem para você?

Você se considera um jovem ou uma jovem com identidade Sem-Terra?

Quais as dificuldades e perspectivas de vida você identifica no acampamento?

Quais são seus planos futuros? Você gostaria de continuar a viver no campo?

Como você vê a juventude da Comunidade Emiliano Zapata?

Sobre a produção agroecológica, você acha que ela tem chance de ajudar as famílias a viver com qualidade no lote?